

www.dizai.org.br

DIZ AÍ

ENFRENTAMENTO
AO EXTERMÍNIO
DA JUVENTUDE NEGRA

futura



O guia foi produzido com o objetivo de aprofundar a reflexão iniciada pela série **“Diz aí – Enfrentamento ao extermínio da juventude negra”, sobre o combate à violência e a necessidade de se reduzirem as altas taxas de homicídio que vitimizam as juventudes brasileiras, especialmente, as negras.**

GUIA

**DIZ AÍ – ENFRENTAMENTO AO
EXTERMÍNIO DA JUVENTUDE NEGRA**

FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO

Presidente

José Roberto Marinho

Secretário-geral

Hugo Barreto

Gerente geral do Canal Futura

Lucia Araújo

Gerente de desenvolvimento institucional

Mônica Pinto

FICHA TÉCNICA

Gerente do projeto

Ana Paula Brandão

Líder do projeto

Fabiana Cecy

Mobilização e articulação comunitária

Ana Amélia Melo, Carlos Humberto Filho, Cinthia Sarinho,

Débora Galli, Maíra Mascarenhas, Melina Marcelino, Renata Gazé,

Roberto Sousa, Vanessa Beco, Vanessa Pipinis e Zilda Piovesan

Projeto gráfico e diagramação

REC Design

Editoração

Antonio Pita e Marina Ribeiro

Revisão

Dani Balbi e Liana Fortes



Índice

5 OBJETIVO

6 APRESENTAÇÃO

7 INTRODUÇÃO

Experiência de mobilização para enfrentamento do racismo

Fabiana Cecy e Carlos Humberto da Silva Filho

Esta causa também é nossa

Querô Filmes

9 COM A PALAVRA

Racismo e letalidade juvenil no Brasil

Atila Roque

Extermínio das jovens negras: real, incisivo e constante no Brasil

Organização de Mulheres Negras Ativas

Identidade, memória e afirmação

Éle Semog

Juventude negra: sujeito político em risco

Juliano Gonçalves Pereira

Por que falar em genocídio e extermínio da juventude negra?

Larissa Amorim Borges

A pergunta que não fiz

Antonio Pita

22 DEPOIMENTOS

Janaína Oliveira

Robson Oliveira (Robsoul)

Nazaré Cruz

29 AÇÕES DE ENFRENTAMENTO

Alagoas – Rúbia Nascimento

Pernambuco – Grupo de Informática, Comunicação e Ação Local (Giral)

Minas Gerais – Fórum de Juventudes da Grande BH

Paraná – Geraldo Paulo Pires, Casa da Juventude (PR)

35 O PROJETO “DIZ AÍ”

37 SUGESTÕES DE ATIVIDADES

44 INSTITUIÇÕES PARCEIRAS NA ELABORAÇÃO DA SÉRIE

Objetivo

O guia foi produzido com o objetivo de aprofundar a reflexão iniciada pela série **“Diz aí – Enfrentamento ao extermínio da juventude negra”**, sobre o **combate à violência e a necessidade de se reduzirem as altas taxas de homicídio que vitimizam as juventudes brasileiras, especialmente, as negras.** Os dois materiais foram idealizados para serem trabalhados juntos.

É fundamental refletir sobre temas relacionados a desigualdades raciais e sociais, debatê-los e fortalecer as organizações das juventudes negras para o enfrentamento do extermínio desse segmento; romper o silêncio da sociedade, que encara a morte, em particular de jovens negros, como um acontecimento comum.

É um material para ser trabalhado por e para jovens. Preferencialmente, por jovens lideranças, facilitadores(as) e educadores(as) que realizam ações sobre direitos das juventudes, em especial, das juventudes negras, mas pode ser útil para qualquer pessoa. A proposta é que cada um construa outras formas de abordar o tema, a partir das sugestões apresentadas.

Fique ligado!

Os artigos que se seguem, tendo como tema o extermínio das juventudes negras, interagem bastante com os dados que foram sendo desenvolvidos e aprimorados nos últimos anos para dar visibilidade ao problema. Nesse sentido, destacamos aqui o “Mapa da violência” (2014), do qual extraímos alguns números, incluídos na tabela a seguir. Tal pesquisa nos serviu como referência, em meio às demais fontes de dados citadas ao longo das contribuições para esse guia. Da mesma maneira, ela vem servindo de subsídio para a sociedade civil, especialmente para os movimentos de juventudes negras, e tem sido um importante instrumento para debater, dar visibilidade ao alto índice de vitimização das juventudes negras e influenciar as políticas públicas, tal como o Plano Juventude Viva.¹

Os dados da tabela evidenciam que, no início do período analisado, a proporção de assassinatos de jovens brancos(as) era de 42,1 por 100 mil jovens brancos(as). A dos jovens negros(as), de 75,8 por 100 mil jovens negros(as). Portanto, em 2002, o índice de vitimização negra foi de 79,9: morreram 79,9% mais jovens negros(as) que brancos(as). Em 2012, há um aumento desse índice para 168,6. A vitimização negra, entre 2002 e 2012, cresceu assustadoramente: 111%, mais que duplicou.

Tabela 1.1
Taxa (por 100 mil) de mortalidade de jovens total e por raça/cor no Brasil



Fonte: “Mapa da violência: os Jovens do Brasil”, 2014. SECRETARIA Geral da Presidência da República, Secretaria Nacional de Juventude e Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.

¹ Link para o Plano Juventude Viva: <http://juventude.gov.br/juventudeviva/o-que-e#.VNyjp9d385Y>



Apresentação

UMA EXPERIÊNCIA DE COLABORAÇÃO

No Brasil, **77% dos jovens assassinados são negros**. Esse dado alarmante fez com que parte da **sociedade civil organizada** se mobilizasse para o **enfrentamento desse extermínio**. Ações coordenadas de **comunicação, educação e direitos humanos** são urgentes e fundamentais.

O Futura se articula com diferentes parceiros, universidades e instituições do movimento social organizado para desenvolver projetos sociais, culturais e educativos, além de exibir conteúdos relevantes, atrativos e educativos por meio de seu canal de televisão. Uma TV que pretende ser um lugar de encontro de pessoas, sujeitos e grupos que assumem a responsabilidade por projetos relevantes da agenda nacional.

Como um canal de televisão educativa, apoia a transformação social e, para isso, precisa também se transformar para fazer, cada vez mais, uma televisão comprometida com a ampliação da representação, na mídia, de pessoas e grupos que formam a sociedade brasileira. Para tanto, necessita estar em constante diálogo com o público que intenta atingir e se relacionar com grupos organizados socialmente que representam setores da sociedade brasileira. Essa aproximação e essa interação são feitas por meio de sua equipe de mobilizadores e educadores sociais, distribuídos regionalmente pelo país.

A série ‘Diz aí – Enfrentamento ao extermínio da juventude negra’ é resultado direto de uma articulação entre a equipe de Mobilização Comunitária do Canal Futura e instituições sociais, grupos e coletivos pelo país afora.

Os temas e aspectos fundamentais retratados na série foram definidos em quatro fóruns temáticos no Rio de Janeiro, São Paulo, Salvador e Belém do Pará, que reuniram jovens, representantes de diferentes organizações e a equipe da Querô Filmes, que realizou os programas.

A emergência do tema nos fez ampliar a proposta para além da série audiovisual e elaborar esta publicação, com artigos, textos e sugestões de atividades e oficinas a partir do uso da série.

Boa leitura.

ANA PAULA BRANDÃO

GERENTE DE MOBILIZAÇÃO E ARTICULAÇÃO COMUNITÁRIA DO CANAL FUTURA

Agradecimentos

A presente publicação é resultado de dois anos de trabalho coletivo, que envolveu a área de Mobilização e Articulação Comunitária do Canal Futura, contou com a importante colaboração de diversos jovens, coletivos, fóruns, redes e organizações que defendem os direitos das juventudes e que, em 2012 e 2013, contribuíram com suas ideias, opiniões e iniciativas para que a série e o guia fossem realizados. Nossa profundo agradecimento a todas e todos. Sem essas pessoas, este Guia jamais teria sido possível.

Introdução

EXPERIÊNCIA DE MOBILIZAÇÃO PARA ENFRENTAMENTO AO RACISMO

Fabiana Cecy e Carlos Humberto da Silva Filho
Mobilização e Articulação Comunitária - Canal Futura

O racismo é elemento estruturante na história da nossa sociedade, fundamentado a partir de uma visão maniqueísta, sujeitando as referências de negritude à criminalização. Os altos índices de homicídios registrados no país, não só nos colocam diante de uma tragédia humana, mas evidenciam a ocorrência do genocídio de um grupo étnico específico em sua mais importante fase de produção: a juventude. A evidência em todas as estatísticas do fator cor/raça sobre a mortalidade desloca o debate sobre o enfrentamento da violência para o combate ao racismo em suas diferentes manifestações e modos de perpetuação.

Alvos dessa ação violenta dirigida, jovens negros deixam de disputar um lugar social mais digno e um futuro menos desigual. Um lugar em que seus filhos não sejam vistos como suspeitos e tenham perspectivas profissionais fora da estrutura social que os coloca em campos de submissão. Atenta a um legado de resistência da população negra e suas lideranças, a juventude tem se posicionado como protagonista no enfrentamento dessa situação. Esses jovens lutam para se afirmar em um mosaico de coletivos e gritar pela reparação de sua história, com ações desenvolvidas para reagir à face letal do racismo.

Ouvir e amplificar esse grito foram desafios assumidos pelo Canal Futura, que parte da visão focada na valorização de identidades que sejam capazes de transformar suas próprias vidas e realidades. O desafio pautou também o amadurecimento interno, a partir da associação entre os valores de transformação social, presentes em nossa vocação institucional, e os conceitos de juventude, violência e racismo.

No ar desde 2008, o **“Diz aí” é uma série de programas de curta duração**, que aborda questões relacionadas à juventude na voz dos próprios jovens. A série reflete o trabalho da equipe de **Mobilização e Articulação Comunitária do Canal Futura** no diálogo com **redes, coletivos e organizações de juventude de todas as regiões do país**. Na tela, o que se vê é o calor dessas reflexões, a voz, o rosto, o sotaque, a identidade das múltiplas juventudes brasileiras.

O caminho que materializou a série “Diz aí – Enfrentamento ao extermínio da juventude negra”, a quarta temporada do projeto, não foi diferente. A equipe foi provocada a levar o tema à tela a partir de 2010 quando, durante o Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, acompanhou debates realizados por diferentes delegações de juventudes de todo o país.

A partir de então, passamos a acompanhar outras atividades pautadas pela sensibilização e enfrentamento do tema. Estabelecemos diálogos com os espaços de articulação coletiva nas diferentes regiões. Naquele momento, ainda era incipiente o entendimento dessa letalidade como um dos modos de operação e manutenção do racismo no país. O amadurecimento interno dessa discussão nos permitiu almejar a construção de um conteúdo audiovisual que pautasse o *enfrentamento do genocídio da juventude negra*.

Para pensar conosco a série, nos envolvemos com organizações de quatro cidades do Brasil, nas quais o diálogo com as redes de juventudes já estava fortalecido: Belém, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo. A juventude participativa nos mostrou um amplo universo de informações e experiências, mas, sobretudo, demonstrou como encontrar soluções para enfrentar a brutal realidade a partir de sua mobilização.

O trabalho da Mobilização não se encerrou com a produção da série, ao contrário, ela resultou num crescente diálogo com o Programa Juventude Viva e também na proposição de agendas unificadas com diferentes coletivos e organizações, que passaram a pautar a questão racial em suas atuações.

A produtora Querô Filmes, responsável pela série, é apenas um exemplo. Ela trabalha com movimentos sociais e tem ampla experiência na formação de jovens para a linguagem audiovisual, produzindo conteúdo com o olhar e a voz dessas múltiplas juventudes. Com eles e todos os grupos participantes encontramos referências para o nosso amadurecimento como um Canal comprometido com as causas sociais e que se propõe a mobilizar pessoas e comunidades, por meio da comunicação, de redes sociais e parcerias.

Atentos a essa missão, seguimos participando de espaços e debates em várias regiões brasileiras, mas agora com um instrumento efetivo para potencializar a discussão. Pensando na disseminação de ideias, conceitos, experiências e propostas de atividades entre nossas redes, coletivos sociais e instituições parceiras, desenvolvemos este Guia para qualificar ainda mais o diálogo sobre o *enfrentamento ao extermínio da juventude negra*.

Esta causa também é nossa

QUERÔ FILMES

Foi com extremo compromisso que aceitamos o convite para dirigir a série “Diz aí – Enfrentamento ao extermínio da juventude negra”. Debruçamo-nos sobre pesquisas repletas de índices sobre a violência contra a população jovem e negra. A palavra ‘extermínio’ se tornou a primeira de uma série de polêmicas que inflavam os debates na equipe. Tão logo entendemos a realidade do negro no Brasil, o extermínio deixou de soar exagerado.

Rejeição às cotas raciais, abusos policiais e tráfico de drogas – à medida que nos aprofundávamos, o racismo revelava seu funcionamento. Um sistema cruel e hoje reconhecido, embora em constante modificação. Como nos disse Janaína, em Belém: “Ninguém se diz racista. Todo mundo tem um amigo racista, mas ninguém se diz racista”.

Ela foi uma entre os 19 jovens que conhecemos nos fóruns de organizações que trabalham em defesa do negro, em Belém, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo. As histórias por trás dos ricos notícias, então, se tornavam reais. Relatos de violência, desrespeito, descaso. Nosso compromisso aumentava.

Participamos de rodas de conversas com essas organizações, mediadas pelos articuladores do Canal Futura. Ali compreendemos que o problema do Brasil não é social, é racial. O perfil da vítima da violência é o homem negro, jovem e pobre, com pouco estudo, morador de áreas sem estrutura mínima e decente para viver.

Em três semanas, fomos do Morro do Borel, no Rio, à Terra Firme, em Belém, e a Parelheiros, em São Paulo. Falamos de violência no Bairro da Paz, em Salvador. Mais de 25 horas de depoimentos com 19 representantes dos milhões de jovens negros e periféricos do país. Ouvir suas reflexões sobre o racismo foi extremamente enriquecedor, verdadeiras aulas sobre a sociedade brasileira.

Por fim, havia um sentimento de que não estávamos sozinhos diante da necessidade de apontar o racismo como a raiz de todo esse processo de violência. A nós, realizadores da Querô Filmes, ficou um legado sem igual. Uma vez entendido o racismo e compreendida sua crueldade, não podemos compactuar com ele. Após o “Diz aí”, temos a obrigação de passar à frente tudo o que nos foi dito.

Fique ligado!

Na hora de trabalhar com os dados apresentados nos artigos a seguir, você encontra diversas fontes, entre elas, o “Mapa da violência: os jovens do Brasil”, atualizado em 2014.

Com a palavra

Esta seção apresenta **textos de ativistas e intelectuais, jovens e não jovens**. Com suas análises e reflexões, eles mostram como é **importante superar a violência contra a juventude negra** para que a sua realidade, e também a do país, possa ser alterada. Grande parte dos artigos foi produzida com base em dados estatísticos – os números revelam o alto índice de violência. São **artigos inéditos** e, ao mesmo tempo, **estratégicos**: na sociedade brasileira, o debate sobre extermínio da juventude negra ainda não se dá com a profundidade que o tema merece.

Com a palavra...

RACISMO E LETALIDADE JUVENIL NO BRASIL

ATILA ROQUE,

Diretor Executivo da Anistia
Internacional Brasil

O assassinato de Michael Brown ocorreu em um subúrbio negro e pobre dos Estados Unidos. O mesmo acontece todos os dias no Brasil. Os jovens negros são os mais afetados pela violência. Tanto nos Estados Unidos, quanto no Brasil, há uma herança de exclusão social e discriminação associada à juventude negra. A diferença é que, no caso dos Estados Unidos, a morte desse jovem pela polícia provocou comoção e revolta, enquanto no Brasil casos assim raramente mobilizam a população. A sociedade convive com isso como se a morte violenta fosse o destino inevitável desses jovens. E não é.

O Brasil vive hoje com a triste realidade de 56 mil homicídios por ano. Desse total, 30 mil vítimas têm idade entre 15 e 29 anos. É como se, a cada dois dias, caísse um avião cheio de jovens. Internacionalmente, os

números chegam a ser ainda mais alarmantes: de acordo com o Global Burden of Armed Violence 2008, no período de 2004 a 2007, mais pessoas foram mortas aqui no país do que nos 12 principais conflitos mundiais.

Os números divulgados pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública sobre a vulnerabilidade da juventude atestaram a realidade cruel do preconceito e do racismo no Brasil: ser um jovem negro significa ter em média 2,5 mais chances de ser morto do que ser um jovem branco. Em alguns estados do Nordeste, como Paraíba, Pernambuco e Alagoas, o índice varia entre 8 e 13 vezes mais. O preconceito e o racismo têm uma longa história no país e contribuem para a distribuição seletiva da justiça e da violência. Os dados sobre homicídios não deixam dúvidas sobre isso.

Nos últimos dez anos, a violência letal entre os jovens brancos caiu 32,3%, e entre os jovens negros aumentou 32,4%. Ou seja, os homicídios de jovens negros são um dos principais pilares que sustentam o aumento das mortes. O outro pilar é a indiferença com a qual a sociedade e o Estado tratam essas mortes, como se já tivessem passado a fazer parte da paisagem natural de nossas cidades. Precisamos encarar a realidade de frente, para, finalmente, enfrentarmos esse grande desafio. Uma parte significativa da letalidade decorre de ações das polícias. Não é exagero dizer que as polícias no Brasil se encontram entre as que mais matam e morrem no mundo. Os dados divulgados recentemente pelo Anuário



ATILA ROQUE, 55 ANOS, É CARIOSA DE BENTO RIBEIRO.

Vida acadêmica Graduado em história pela UFRI, Atila Roque tem mestrado em Ciência Política pelo Iuperj. Na faculdade, apaixonou-se pelo período do Brasil Colônia e pelo tema da escravidão. Nesse período, trabalhou como voluntário na Campanha Nacional pela Reforma Agrária e, também, em pesquisas sobre as relações Brasil-Afro, no Centro de Estudos Afro-Asiáticos da Universidade Cândido Mendes.

Vida profissional A perda brusca do pai, em 1984, levou-o a buscar um trabalho mais estável. A convite de Herbert de Souza, o Betinho, foi para o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase), fundado pelo sociólogo, em 1981. Por meio desse trabalho, Atila viu que seria possível aliar sua vocação acadêmica à vontade de participar da vida pública, sem frequentar uma universidade ou pertencer a um partido político. Essa decisão marcou toda a sua vida e definiu as escolhas posteriores. Em 1990, após três anos morando no Japão, voltou ao Brasil onde, até 2003, integrou a direção do Ibase. Também foi diretor da Associação Brasileira de ONGs (Abong) e participou da criação do Fórum Social Mundial. No fim de 2011, após um período em Washington, à frente da ActionAid USA, e em Brasília, no Instituto de Estudos Sociais e Econômicos (Inesc), retornou ao Rio de Janeiro para liderar a Anistia Internacional Brasil.

Militância Na Anistia Internacional, seu desafio é mobilizar cidadãos e cidadãs para lutarem contra as violações de direitos humanos, no Brasil e no mundo, assim como engajá-los no movimento global de solidariedade e proteção aos direitos humanos.

do Fórum Brasileiro de Segurança Pública mostram que 490 policiais tiveram mortes violentas no ano de 2013. Nos últimos cinco anos (2009-2011), a soma é de 1.770 policiais vitimados. Cerca de 75,3% foram mortos fora do horário de serviço.

No mesmo período, as polícias brasileiras mataram em serviço – em nome do Estado, ou seja, em nome de cada um de nós, 11.197 pessoas, o equivalente ao que as polícias dos EUA mataram em 30 anos. Esse quadro é o resultado do fracasso de uma política de segurança que estabeleceu a guerra como paradigma de ação, onde os inimigos são, em grande medida, os jovens das favelas e das periferias de nossas cidades, em grande maioria, negros.

Outro motivo é a impunidade. O Brasil prende muito e mal. Menos de 8% dos homicídios no Brasil resultam em processos criminais. Há uma deficiência na investigação, com a existência de duas polícias (Civil e Militar) que pouco dialogam, além da falta de perícia, pouco uso de inteligência, ausência de dados, planejamento e coordenação institucional e federativa. Somos o quarto país em população carcerária, atrás apenas de Estados Unidos, China e Rússia. E as condições das prisões são, no mínimo, degradantes: alojamentos e condições de higiene precários, alimentação contaminada, superlotação, torturas, revistas vexatórias em familiares – incluindo crianças – e toda a sorte de punições para quem cometeu delitos são comuns.

Faz-se necessária uma agenda de mudanças que envolva o investimento em oportunidades para essa juventude e a reforma do sistema de segurança pública e justiça. Nossa papel como uma organização internacional tem sido o de amplificar as vozes de organizações e movimentos sociais que há anos trabalham essa causa no Brasil.

Iniciamos em 2014 a campanha Jovem Negro Vivo, que tem como objetivo desnaturalizar o alto número de homicídios em geral, e de jovens negros em particular. Em 2015, essa campanha será trabalhada também por seções da Anistia Internacional, em diversos países.

Por meio de ações de comunicação, mobilização, mídia social e ativismo, esperamos romper com a indiferença da sociedade em relação ao alto índice de homicídios no Brasil. É fundamental que todos e todas se mobilizem para que o Brasil defina uma política de redução de homicídios como uma prioridade indiscutível do Estado. Uma verdade óbvia não tem encontrado a devida ressonância na sociedade: a morte não pode interromper o destino de tantos jovens. É hora de mudar esse quadro; não vamos olhar para o outro lado.

“Se o que eu quero não existe, eu vou criar... Apesar do racismo... Eu sei que a minha ação, a sua ação, a nossa ação pode mudar alguma coisa”.

IANAÍNA OLIVEIRA,
professora e rapper no Rio de Janeiro

Com a palavra...

EXTERMÍNIO DAS JOVENS NEGRAS: REAL, INCISIVO E CONSTANTE NO BRASIL ORGANIZAÇÃO DE MULHERES NEGRAS ATIVAS

Há certo vazio quando o tema é o extermínio de jovens mulheres negras. Para a discussão, abrimos um diálogo com as jovens mulheres negras parceiras em vilas, favelas, bairros periféricos da Grande Belo Horizonte e em núcleos universitários. O desafio era ouvi-las sobre sua condição de gênero, raça e geração e, junto ao olhar sobre si, observar suas percepções em torno da indagação: de quais formas elas são atingidas pelo extermínio da juventude negra?

A maioria dos olhares está voltada para o jovem homem negro, alvo principal das violências letais. Há escritos que nos dizem, por exemplo, das mulheres parceiras, educadoras e acompanhantes em todos os momentos da vida desse jovem negro; como vítimas na revista vexatória nas penitenciárias; como viúvas que ficaram sós com os filhos após esse homem negro ser assassinado. Assim, a morte dos homens significa, igualmente, a morte das mulheres, em um campo subjetivo que impõe o sacrifício para sustentar a sua existência e dos seres amados.



ORGANIZAÇÃO DE MULHERES NEGRAS ATIVAS, formada em 2003, atua principalmente na Região Metropolitana da Grande Belo Horizonte, em Minas Gerais. Participe de fóruns, redes e conselhos, com articulações em regiões de Minas Gerais, em outras áreas do Brasil e na América Latina. É ligada aos segmentos do movimento social negro, do feminismo negro e da cultura hip hop.

Dentro da preocupação quanto à sua própria vitimização, precisamos cada vez mais apontar de que formas as jovens mulheres negras são atingidas no pacote do extermínio da juventude negra. “Algumas das mulheres não sobrevivem para contar a própria história e outras estão mentalmente abaladas demais para conseguir colocar em perspectiva, fora da dor e da culpa individual”, diz Silvia Regina Lorenso Castro, pós-doutora em Literatura e integrante da Comissão de Direitos Humanos do Aglomerado Santa Lúcia/Morro do Papagaio.

Um dos pontos que aparecem com mais ênfase é a violência doméstica. Sabemos que parte da carga de ódio da sociedade sobre esse homem, por vezes vitimizado e marginalizado, é descarregada nas esferas domésticas. É cada vez mais necessário discutir os processos de reprodução de violência em que homens são assassinados pelo Estado e as mulheres pelos homens.

A estudante de pedagogia e integrante do Bloco das Pretas – frente feminista do Coletivo de Estudantes Negros (CEN) da UFMG – Miriam Alves, ressalta que, enquanto os jovens negros são assassinados fora de casa, 70% das mulheres são assassinadas por seus companheiros. “Além de toda dor de ter um filho ou marido preso e morto, há uma série de violações que as mulheres sofrem, dentre elas a violência institucional, principalmente no sistema de saúde, no qual é relatada uma série de maus tratos, violência física, psíquica e moral às parturientes; as mais de 200 mil mortes devido a abortos clandestinos, por falta de assistência, que atingem principalmente as mulheres jovens, sendo, ainda, criminalizadas. Enquanto isso, o aborto masculino é legalizado, com 5,5 milhões de crianças sem o nome do pai no registro.”

Em sua pesquisa acadêmica, a pedagoga Lisa Davis Silva ouviu relatos de mulheres encarceradas, e também de mães e irmãs de jovens violentados, sobre as humilhações e obrigações que recaem sobre elas em consequência da violência. “As mulheres negras são sujeitas à maior miséria na sociedade”, diz a ex-integrante do Bloco das Pretas. “São obrigadas a trabalhar mais para sustentar a família e o parente preso. Sofrem o preconceito familiar e social por terem um filho e/ou esposo encarcerado. Há muita humilhação das mulheres que fazem visitas ao parente encarcerado por, geralmente, não compreenderem questões legais”.

A assistente social, integrante da Organização de Mulheres Negras Ativas e do grupo de rap “A Corte Convida”, Lauana Nara, comenta as dificuldades de jovens mulheres negras em situação de rua. “Devido ao uso abusivo de drogas ou por outros motivos que as levaram a ter a rua como moradia, elas têm histórico de filhos abrigados e/ou já adotados. Essas jovens estão tendo seus filhos nas piores condições, pois, se vão ao hospital,

sabem que serão maltratadas por trabalhadores das maternidades e, em alguns casos, saem presas”.

Os estereótipos reafirmam, ainda, um violento olhar hipersexualizado que objetifica e desumaniza a mulher negra. Sobretudo na vida das mulheres, o extermínio, além do físico, passa também por questões subjetivas e psicológicas. Muitas mulheres ainda sofrem com a violência e exploração sexual, ou com o celibato definitivo.

A doutoranda em história e integrante da Associação Casa do Beco, Josemeire Alves, falou da “dimensão psíquica” das violências a partir da memória de uma jovem vizinha. “Filha de uma família de mulheres, ela vivia, na mesma casa que a mãe, a vida que era presumivelmente a dela. Provavelmente, não havia frequentado a escola por muito tempo. O marido a deixou com dois filhos. A menina tem sete filhos e não vive com nenhum. O menino parece estar ‘bem encaminhado’. Um dia, a jovem mãe sumiu. Soubemos que ela estava morando na rua. Sentimos falta dela. Sentimos por ela. O que terá se passado com ela? Depois a reencontrei – estava esquálida, não sorria nunca! Olhava-nos de cabeça baixa. Mas estava viva! Talvez lutasse cotidianamente para manter de pé. Como ela, há inúmeras. A infância, juventude e toda a vida, marcadas pelo racismo e toda sorte de violência”.

As subjetividades da mulher negra precisam ser politizadas. A depressão, muitas vezes negada ou negligenciada, é algo presente em sua vida. Além do perigoso estereótipo de mulher “forte” – a maior parte das mulheres negras está nas camadas mais pobres – ela acaba sendo vista como uma pessoa que não precisa de suporte psicológico.

Pensar e construir cada vez mais processos de empoderamento das mulheres negras é fundamental. A mulher negra jovem é de fato forte e trabalhadora, mesmo que muitas vezes pesem sobre seus ombros maiores responsabilidades sociais a cumprir. Ser assim é algo natural, sem diferença para outras pessoas, assim como também é natural nas jovens negras a inteligência, o empreendedorismo, a criatividade e muitos mais potenciais. É fundamental que as jovens mulheres negras cada vez mais consigam ser plenas, com muito mais afetividades espontâneas e verdadeiras, para sobrevirem frente ao extermínio da Juventude Negra.

“Quero que nosso país entenda que somos todos diferentes, e que isso precisa ser respeitado. E que a cor da minha pele não defina meu futuro. Tenho um filho homem. Ele vai ser um jovem suspeito. A única forma que tenho de ver o sorriso do meu filho até eu morrer é lutar hoje”.

IANAÍNA OLIVEIRA,
professora e rapper no Rio de Janeiro

Com a palavra...

**IDENTIDADE, MEMÓRIA E
AFIRMAÇÃO
ÉLE SEMOG**

**Cada peça era a droga por dinheiro,
cada tumbeiro era um abismo
e a história com seu cinismo,
escreveu tal como hoje é, aquela antiga dor,
do zum, zum, zum, dos chicotes
ao bam, bam, bam, dos fuzis.**

Uma das principais características do ser humano é a forma especial como ele constitui família e a atenção e dedicação dadas às crianças. A partir do processo de colonização do Brasil e, especificamente, com a chegada dos jesuítas, em 1549, as crianças e jovens dos povos originários se tornaram alvos da catequização por meio do ensino da língua portuguesa e dos princípios do catolicismo. Como relatou o padre jesuíta Antonio Vieira, os colonizadores entendiam que a melhor maneira para catequizar os índios era dominando a sua cultura. Os povos originários resistiram de maneira heroica e feroz à catequese, que constituía, grosso

modo, em substituir hábitos culturais como o extrativismo, a poligamia e a crença em muitos deuses, pelo batismo, casamento monogâmico, pelo trabalho forçado e pelo monoteísmo.

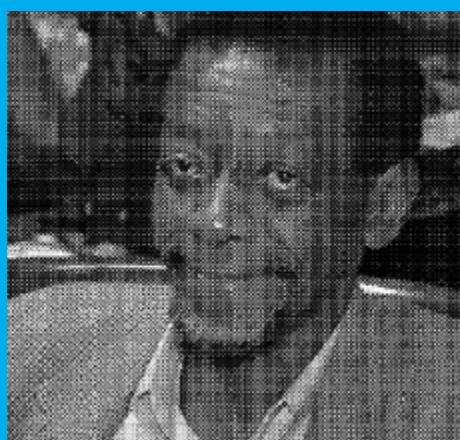
A condição de escravizados não reservou melhor sorte para os negros de diferentes povos africanos que chegaram no Brasil. A cultura racista no Brasil foi regida por rigorosa ação política, amparada por um conjunto de leis de normatização e controle dos negócios da escravização. Esse sistema definiu a engrenagem das relações escravocratas, como as jornadas de trabalho de até 14 horas; a venda das crianças separadas das mães em busca de maior lucro; as mães transformadas em amas de leite para amamentar os filhos das ‘sinhás’; as jovens negras violentadas pelos ‘senhores’; as crianças negras utilizadas como animais de estimação pelos filhos dos escravocratas.

Tal situação ainda hoje está refletida na sociedade e nas instituições brasileiras. A criminalização da cor, a ideia de que os negros são indolentes ou subservientes, a invisibilidade social, o extermínio de jovens negros, a intolerância às religiões de matriz africana, o sequestro e a omissão da história da África e dos afro-brasileiros na construção do Brasil, a ausência dessa contribuição na educação e nos livros escolares de caráter eurocentrista são reflexos desse processo em nossa sociedade.

Mesmo sob condições tão adversas, os africanos e seus descendentes desenvolveram um processo de recodificação do sentido da vida, da existência e do mundo. Dominaram o território estabelecendo os quilombos, ressignificaram a crença imprimindo novo sentido religioso ao seu ato de fé, adaptaram a culinária, criaram novas expressões artísticas, como o samba e capoeira, e se apropriaram do português, introduzindo no idioma do dominador uma série de termos de origem africana.

Esse processo de recodificação se tornou mais vigoroso e mais político a partir dos anos de 1970/80, com os blocos afros, em especial o Ilê Ayê, da Bahia, ressignificando a beleza negra, fortalecendo a autoestima e revolucionando a estética negra brasileira. No âmbito político, o movimento negro conquistou direitos, como a criminalização do racismo na Constituição Federal; a Lei 10.639/03, que determina o ensino da história da África e da cultura afro-brasileira nas escolas de todo o país; e a lei de cotas nas universidades.

Essas conquistas fazem parte do nosso povo; são a nossa identidade, memória e afirmação em movimento. O desafio é fazer com que todos os dias elas sejam contadas, discutidas e escritas pelas crianças e jovens negros. Os homens e mulheres, negros e brancos que lutaram por essas con-



LUIZ CARLOS SEMOG

Nasceu na cidade de Nova Iguaçu, no Rio de Janeiro, onde mora até hoje. Analista de sistemas, pedagogo e escritor, desde os 18 anos participa do grupo de teatro de resistência Garra Suburbana. Atualmente, trabalha no Centro de Articulação de Populações Marginalizadas (Ceap), organização de combate ao racismo.

quistas não estavam empenhados em causa própria.

Essa é a nossa luta, que não sai nos jornais. Essa ideologia só fala da gente em um lugar ruim na sociedade brasileira, só fala de um marginal negro, como se o crime não fosse um ato racista. E o racismo tem duas cores no Brasil: a cor da ideologia que o constrói e a cor daqueles que recebem a culpa.

O racismo e a injúria racial se caracterizam como ataque ideológico. Faz parte dessa ideologia difundir uma ideia falsa para que todos acreditem que se trata de uma verdade natural. Como acontece com a polícia no tratamento com um jovem negro: “dá um sacode nesse preto, não vai dar em nada”; ou com uma menina negra quando entra na universidade: “o que essa crioula tá fazendo aqui?”.

Essas situações causam reações diversas de indignação. Hoje os jovens negros estão produzindo a sua **onda única** de emancipação e superação do racismo no Brasil. É história pura sem intermediários. Trata-se de um novo surpreendente que não possibilita comparação com qualquer paradigma com esse velho racismo praticado.

Os jovens negros se organizam e produzem soluções políticas e sociais as mais diversas. Se toda essa energia vier à tona, muitos serão os não brancos que vão reclamar por terem lhes roubado essa felicidade tão simples da convivência com o outro que é tão eu.

Essa manifestação pró-ativa se expressa em grupos de artes, saraus de literatura e poesia, em coletivos de estudantes negros, em trabalhadores negros nos sindicatos. As jovens negras dão show, como microempresárias, estudantes e mestras no ensino e na formação acadêmica. Os jovens negros e negras rearticulando toda pulsão e contrapulsão cultural nas práticas do funk, do hip hop, do samba, do jongo.

Nossas crianças, com três anos, chegando nas creches com as cabecinhas cheias de tranças e de histórias negras. Os jovens negros brasileiros já têm uma história de vitórias; qualquer um tem a obrigação de contar aos outros jovens que temos um caminho. É a nossa História ativa e não podemos permitir que nenhum racista ouse sequestrar-a ou escondê-la outra vez. Cada um de nós é a história, somos nós que a construímos, e você não pode deixar a sua **em branco**.

“Aprendi, na prática, e muito cedo, que existe para a polícia um tipo de ‘suspeito padrão’, e que faço parte desse grupo. Sou abordado pelo menos duas vezes por mês, como eles mesmos dizem, ‘rotina’. Para quem”?

ROBSON OLIVEIRA,
rapper e professor em São Paulo

Com a palavra...

IUVENTUDE NEGRA: SUJEITO POLÍTICO EM RISCO

JULIANO GONÇALVES PEREIRA

A investigação de um possível momento histórico que defina o surgimento do sujeito político “Juventude Negra”² não se furtaria ao ano de 2007, em Lauro de Freitas, na Bahia, onde o direito à vida foi exigido. Antes disso, todas as movimentações e reflexões em torno desse segmento, inclusive as ações que antecederam a agenda na Bahia, devem ser consideradas acumulativas para o que se concretizou no I Encontro Nacional da Juventude Negra (Enjune)³. Este artigo tem por objetivo refletir sobre as necessidades que levaram à

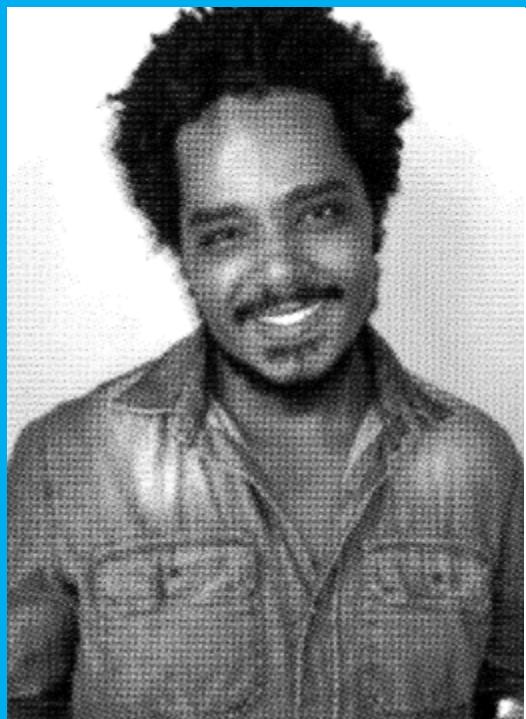
² O Estatuto Nacional de Juventude compreende o jovem como o segmento que tem entre 15 e 29 anos (Lei 12852/2013). Negro, de acordo com o IBGE, é a somatória dos autodeclarados pretos e pardos. Nesse sentido, Juventude Negra, neste artigo, é compreendido como o segmento de pretos e pardos autodeclarados com idade entre 15 e 29 anos. Mais, ver PEREIRA (2013, p. 38) “Juventude Negra: problematizando um conceito”. <http://www.amde.ufop.br/tccs/Aracuai/Aracuai%20-%20Juliano%20Pereira.pdf>

³ ZIMBWE, Thaís. THOMAS, C. (Orgs). *Enjune – Encontro Nacional da Juventude Negra: novas perspectivas na militância étnico-racial*. Bahia: Relatório Final/Coordenação Nacional do Enjune, 2007.

confabulação dos jovens negros como um sujeito político e apresentar o cenário de riscos que circunscreve esse segmento atualmente no Brasil.

A morte de jovens negros é um mal necessário a este modelo civilizatório. As desigualdades no risco de morte, associadas às da distribuição econômica, à exclusão e às limitadas oportunidades, contribuem para ampliar a assimetria de acesso aos direitos sociais e civis. Esses fatores foram fundamentais para que a Juventude Negra se reunisse e projetasse incidir sobre a pauta política, baseada no lema *Novas Perspectivas na Militância Étnico-racial*. Tencionar o Estado para que reaja em forma das políticas públicas de contenção à mortalidade ainda se faz necessário, embora seja ele próprio um dos principais homicidas de jovens negros no Brasil pelo braço da polícia. Os resultados do Enjune, por meio da militância, projetaram incidir na agenda política nacional, na utopia de provocar mudanças estruturais na sociedade, a ponto de transformar o cenário de vulnerabilidades desse segmento no Brasil.

Até a realização do Enjune não havia, no Brasil, experiência de articulação nacional realizada por jovens e para os jovens na qual a temática racial estivesse na centralidade das reflexões. Não havia articulações da juventude negra com projeções e objetivos tão definidos, voltados para o acesso a direitos e ao exercício da cidadania e da participação política, o que o torna também pioneiro na busca por direitos juvenis no Brasil. As etapas prepa-



**JULIANO GONÇALVES PEREIRA,
31 ANOS, NASCEU EM MONTES
CLAROS, MINAS GERAIS,
E ATUALMENTE MORA NA
CIDADE DO RIO DE JANEIRO.**

Vida acadêmica Licenciado em história pelo Instituto de Educação Superior Ibituruna (Iseib), é mestre em relações étnico-raciais pelo Neab/Cefet/RJ; especialista em políticas públicas, com ênfase em raça e gênero, pela Universidade Federal de Ouro Preto (Ufop); e especialista em democracia participativa, república e movimentos sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Vida profissional Começou a trabalhar aos 12 anos como servente de pedreiro de seu pai. Até os 20, exerceu diversas atividades, foi garçom, vendedor de roupas e de livros. Entre 25 e 26 anos, atuou como consultor do PNUD/ONU. Aos 29, já no Rio de Janeiro, participou de um projeto da prefeitura com jovens da comunidade do Boreu. Participa do Programa Caminho Melhor Jovem e é assessor de metodologia do projeto Articulação Nacional Juventude Viva, do CLAVES/Fiocruz.

Militância Iniciou sua militância aos dez anos, por meio da Sociedade de São Vicente de Paulo, vinculada à Igreja Católica. Aos 21 anos, conheceu o Movimento Negro e começou a atuar no Fórum Nacional de Juventude Negra, do qual foi conselheiro nacional de juventude, de 2009 a 2011, e também conselheiro de promoção da igualdade racial, de saúde e de juventude. Atualmente, integra a Rede de Controle Social e Saúde da População Negra, o Grupo de Trabalho de Promoção da Igualdade Racial e o Comitê Técnico de Saúde da População Negra da cidade do Rio de Janeiro. Contribui, ainda, para o Fórum Nacional de Juventude Negra.

ratórias para o Enjune reuniram desejos por uma sociedade melhor, mais segura e horizontal, na qual a existência de uma Juventude Negra pudesse capturar outras atenções que não o inevitável da perda de uma geração de jovens que não poderão interferir e nem usufruir da educação, saúde, cultura, comunicação, segurança pública, entre direitos e benefícios de uma pessoa, por terem sido mortos de forma prematura e evitável. O exercício de pensar a sociedade brasileira e a forma de vida que se assume nela mostram que, ou mudamos nossa maneira de estar neste sistema civilizatório, ou continuamos como alvos, e em risco de morte.

O sujeito político Juventude Negra nascido já em risco constitui-se como uma estratégia de ações e incidências políticas para apresentação de um novo sujeito social, capaz de apresentar os resultados do Enjune e, sobretudo, uma outra forma de estar sujeito social e político neste país. O enfrentamento ao extermínio da Juventude Negra é central nas prioridades de outros modelos civilizatórios que se fazem demanda de cada sujeito na sociedade.

Em 2010 ocorreram 192.804 homicídios no Brasil, e em sua grande maioria eram de jovens até 24 anos, homens, negros e moradores de periferias. Waiselfisz (2011) revela que, no total da população, o número de vítimas de homicídios de cor ou raça branca diminuiu em 22,3%, entre 2002 e 2008. Entre os negros (pretos e pardos), o percentual de vítimas de homicídio cresceu em 20,2%, no mesmo período. Em 2002, foram vítimas de homicídios, proporcionalmente, 45,6% mais negros do que brancos. Em 2005, pelo mesmo motivo, morreram 80,7% mais negros que brancos e, em 2008, morreram 111,2% mais negros que brancos, situação que é traduzida em todo o país com raras exceções.

A partir do que está exposto, entendemos que a tendência é continuar crescente a mortalidade de jovens negros, e pensar em outros sistemas civilizatórios em que caiba este sujeito político é emergente. A Juventude Negra se estruturou dentro da realidade genocida que envolve a população negra no Brasil. É fundamental e urgente a implementação do ativismo elaborado no Enjune, a ponto de provocar na sociedade brasileira a mudança de comportamento necessária para retirar a Juventude Negra do centro das prioridades da violência letal.

**“Genocídio não é só
da arma, mas a ausência
da política. Não é
enfrentamento direto,
porque o Estado está
armado e ele nos mata. O
Enfrentamento é no campo
da intelectualidade e no
processo de organização”.**

NAZARÉ CRUZ,
Trançadeira no Pará

Com a palavra...

**POR QUE FALAR EM GENOCÍDIO
E EXTERMÍNIO DA JUVENTUDE
NEGRA?**

LARISSA AMORIM BORGES

Em 2007, a juventude negra brasileira reunida no I Encontro Nacional de Juventude Negra (Enjune) constatou que, em todos os estados brasileiros, no campo e na cidade, o principal problema que atingia a juventude negra, impedindo ou limitando sua participação cidadã na vida social do país, era a violência. Vários processos de incidência política foram desenvolvidos a partir dali, e o tema alcançou um novo patamar no debate público.

A juventude, desde então, se dedica a aprofundar a compreensão do problema e a exigir do Estado o desenvolvimento de ações de enfrentamento ao genocídio da população negra. Constituído naquele momento, o Fórum Nacional de Juventude Negra declara no documento final do encontro: “Os jovens negros(as), são as principais vítimas da violência urbana e alvos prediletos de homicidas e de excessos policiais”.

Segundo o Estudo Global de Homicídios 2011, organizado pelo Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), o Brasil teve o

maior número de homicídios do mundo: 43.909 mortes. Segundo dados da Organização Mundial da Saúde (OMS), Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS) e do Ministério da Saúde (MS), também compilados no “Mapa da violência 2013: homicídios e juventude no Brasil”, somos o sétimo país que mais mata no mundo.

Considerando esses dados, Borges (2013) afirma: “A juventude negra vem sendo exterminada sistematicamente através de estratégias diversas e articuladas. Entre os jovens que são mortos, mulheres e homens que são apagados da história, sujeitos cujas memórias são distorcidas ou não registradas, e os responsáveis por estas mortes nunca são identificados, nem presos. Algumas vidas importam menos, por isso na morte os registros são falhos, a sistematização dos dados é ‘dispersa’ e as verdadeiras causas nunca são investigadas.”

Dados do “Relatório anual das desigualdades raciais no Brasil (2009-2010)” apontam que as mortes ocasionadas por causas não naturais são majoritariamente de homens negros, assim como a maioria das mortes por atropelamento. Entre 2001 e 2007, foram cometidos 135.226 homicídios de jovens de até 24 anos em todo o país. Desses jovens assassinados, 62% eram negros (83.904 pessoas) e 31,2% eram brancos (42.159 pessoas). Nesse período, enquanto o número de jovens brancos assassinados caiu 28%, o de jovens negros assassinados subiu 13,5%. Assim, a probabilidade de ser assassinado era 123,2% maior para um jovem negro do que para um jovem branco. Em 2007, entre os jovens de até 24 anos, quem mais perpetrhou



**LARISSA AMORIM BORGES,
34 ANOS, NASCEU EM BELO
HORIZONTE E ATUALMENTE
MORA EM BRASÍLIA.**

Psicóloga e mestre em psicologia social, trabalhou nas áreas de informática, como instrutora, e na educação social, como coordenadora de projetos. Atualmente, está na Secretaria de Políticas de Ações Afirmativas da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República.

Militância Larissa milita no Partido dos Trabalhadores (PT), desde a adolescência. Atua, ainda, no Movimento Negro Unificado (MNU), na Associação Cultural Agentes de Pastoral Negros do Brasil (APNs), na Organização de Mulheres Negras Ativas, no Coletivo Hip Hop Chama e no Coletivo Casa de Preta. Sua militância está muito relacionada aos temas juventudes e feminismo negro.



suicídio foram os jovens negros – 42,18% – e as jovens negras – 13,28% –, perfazendo uma diferença de 19,57% entre as mulheres brancas e negras e 26,7% entre os homens negros e brancos.

“O preconceito se constitui como principal elemento de produção de vulnerabilidades. A conjugação perversa de diversos fatores, tais como racismo, pobreza, discriminação institucional e impunidade contribui para a falência do sistema de segurança e justiça em relação à população negra”, diz o documento final do I Enjune.

Além dos homicídios, podemos identificar também uma crescente criminalização da juventude. Segundo dados do Infopen, em 2012, o número de pessoas encarceradas subiu para 548.003 pessoas. Enquanto, em 1992, cerca de 9% das pessoas eram presas por tráfico de drogas, em 2012 esse enquadramento alcançava 25,21% dos internos do sistema prisional. Das 138.198 pessoas presas por tráfico em 2012, 7.884 eram do sexo feminino e 131.368 eram do sexo masculino. A maior parte dessas pessoas são elementos insignificantes na estrutura do tráfico de drogas e são presos, sozinhos, em flagrante e com quantidades ínfimas de substâncias proibidas por lei (Boiteux & Pádua, 2012).

O encarceramento dessa população negra, jovem e pobre evidencia a articulação entre a sensação de insegurança, a criminalização da juventude e a repressão do Estado. Assim, se revela o modelo de segurança pública pautado na militarização da vida e na repressão de parcelas específicas da sociedade. Por esses fatores, violência e segurança pública são, hoje, segundo a pesquisa Agenda Juventude Brasil (2014), a principal preocupação da juventude brasileira, que tem vivido, além das perdas de amigos, vizinhos e parentes, um constante medo da morte.

É esse processo de estigmatização, invisibilização, criminalização, violações de direitos, encarceramento e morte física e simbólica – determinado pelo racismo institucional e evidenciado pelos dados – que configura o **extermínio** da juventude e materializa o risco de extinção da população negra do país. Esse processo é conceituado pelas organizações da sociedade civil como **genocídio**. É pela gravidade desse quadro de mortes que precisamos seguir falando e escrevendo nas paredes, nos papéis, nas redes sociais e na história deste país sobre o extermínio e o genocídio da juventude negra, até mudarmos esta realidade de morte.

Referências:

- Borges, L. A (2013) “Periferias do gênero: entre o hip hop, funk e feminismos”
Boiteux, L. & Pádua, J.P.(2012). “A desproporcionalidade da lei de drogas: os custos humanos e econômicos da atual política do Brasil”, Coletivo de Estudo Drogas e Direito (CEDD).

“A gente esbarra o tempo inteiro numa lógica perversa que continua segregando e deixando no lugar da pobreza, da carência... No lugar periférico esse jovem negro.”

DIEGO SANTOS,
Jornalista no Rio de Janeiro

Com a palavra...

A PERGUNTA QUE NÃO FIZ ANTONIO PITA

A luta e a articulação daqueles jovens reunidos em Lauro de Freitas, Bahia, em 2007, para compartilhar uma realidade e construir um discurso político sobre as violações sentidas na pele permitiu que hoje, em 2015, a violência dirigida contra a juventude negra tangencie a pauta das eleições presidenciais. Mas o que impede que o debate e o enfrentamento avancem além da leitura estatística é o mesmo véu que silencia e minimiza as discussões sobre racismo no país: o mito da democracia racial.

O racismo não é senão a manifestação dirigida contra um determinado grupo étnico dessa ideologia política de dominação. Como tal, se materializa em um processo perene de demarcação de valores socioculturais que conformam uma identidade e de exclusão de todos os que não se encaixam nesse padrão. Está, portanto, impregnado na formação intelectual, nas referências nacionais, na narrativa histórica, nas estruturas e instituições de um país que viveu 400 anos em abjeto regime de escravidão promovido pelo sistema colonial europeu.

A imprensa, como o veículo percussor do modelo industrial de comunicação que hoje abarca outras linguagens, vivenciou esse processo durante sua consolidação institucional no país. Portanto, está diretamente atrelada a seu lugar de origem, a corte das elites eurodescendentes,

agrárias ou pré-industriais, que buscaram veículos de promoção de seu ideário de identidade nacional. É desse lugar que partem a sua fala, o seu enquadramento e sua agenda de temas: ela é responsável pela adaptação estratégica dessa ideologia à sua narrativa.

Os mitos fundadores são exemplos de ação dirigida para autoconservação dessa ideologia. Eles são continuamente reproduzidos nas diferentes instâncias de debate, representação e construção simbólica, servindo para encobrir a experiência vivenciada por diferentes atores. Mesmo quando negado, o mito da democracia racial se difunde e se perpetua como uma estratégia bem-sucedida de apropriação de valores culturais, segregação de identidades divergentes e extermínio das forças de resistência negra e indígena.

Para a juventude sobra o lugar da criminalidade. O enquadramento atinge diversos elementos identitários: sua moda, seu corpo, seus lugares e origens, sua música, suas expressões idiomáticas, sua negritude, enfim. Essa criminalização é uma atualização histórica das teorias eugênicas que marcaram o pensamento hegemônico do pós-abolição, até as primeiras décadas do século XX.

É desse período a concepção do negro como “naturalmente perigoso e propenso à criminalidade”, que moldou legislações de controle social da época e ainda vigentes. Antes descritos como “vagabundos”, com a exigência de leis próprias para seu controle, hoje são “suspeitos”, que também não compartilham dos direitos civis. Assim o jovem negro é representado em diversas publicações, seja em fotografias, ilustrações, descrições e análises.

A intelectualidade daquele tempo, hoje, dá nome a institutos públicos



**ANTONIO PITA, 28 ANOS,
NASCEU EM SALVADOR,
MOROU NO MUNICÍPIO DE
LAURO DE FREITAS E, HOJE,
RESIDE NO RIO DE JANEIRO.**

Vida acadêmica Formado em jornalismo pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Em 2010, cursa história na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Vida profissional É repórter do jornal O Estado de S. Paulo, no Rio. Na editoria de cidades, participou da cobertura de temas relacionados à violência urbana e à letalidade que atinge a juventude negra. Também trabalhou no portal Terra e no jornal A Tarde, em Salvador.

Militância Começou a frequentar encontros e atividades estudantis quando cursava a universidade, no Rio de Janeiro. Atualmente, participa de debates sobre mídia e racismo, a convite de coletivos de juventude.

A atuação profissional e a constatação diária das violações sofridas por jovens negros em decorrência das políticas de segurança pública desiguais e racistas fizeram com que se aproximasse mais dessa temática, nos últimos anos. Retomou a graduação em história e passou a integrar o programa de Bolsa de Ação Afirmativa do Ministério das Relações Exteriores.

de medicina legal, a exemplo de Afrânio Peixoto, no Rio, Estácio Lima, em Alagoas e Nina Rodrigues, na Bahia. Estados manchados pela expansão da violência dirigida à juventude negra nos últimos 15 anos. São emblemáticos, portanto, como exemplos da perpetuação desse pensamento racista nas instituições criminais. Ali se replica a ideologia do controle legal das populações negras, expressa no encarceramento em massa, no rigor seletivo para punir o tráfico de drogas, na desigualdade de acesso à Justiça e, principalmente, na militarização da segurança pública.

Quando a violência urbana passa a ser pensada como uma guerra – com “territórios em disputa”, “ocupações militares”, “pacificação” – ela será assim narrada, e com um inimigo “suspeito” devidamente representado. A postura da imprensa na cobertura desses conflitos, diários nas favelas, é de associação com as instituições de segurança, seja para obter informações, seja para garantir sua proteção. Assim, se reforça e potencializa uma versão oficial, produzida nos gabinetes e longe da apuração com diferentes atores daquele contexto.

Assim, a narrativa final corrobora a segregação racial brasileira, ainda que a negue. A ideologia que invisibiliza e criminaliza os jovens negros nas esferas simbólicas é a mesma que legitima ações policiais truculentas e contabiliza o saldo das mortes. Noticia-se a exorbitância das taxas e se esvazia a identidade das vítimas, suas trajetórias, realizações e, principalmente, silenciam-se as vozes que resistem à banalização de sua dor. Os números chocam mais que a realidade que eles encobrem.

Assim como no discurso, o ambiente das redações é permeado por uma ideologia hegemônica racista, que, ocasionalmente, escapa aos puadores em reuniões de pauta e diretoria. A seleção, formação e promoção dos profissionais são pautadas pela assimilação, consciente ou não, da cultura organizacional, recheada de mitos humanistas e silêncios coniventes. Essas ações são também reforçadas com constrangimentos e assédios, sentidos mais duramente por quem não reconhece as margens sedimentadas por essas instituições.

Estar neste lugar, para um negro contemporâneo e conterrâneo à juventude de Lauro de Freitas, carrega uma série de violações, reflexões pessoais e silenciamentos. Mas também simboliza um espaço ocupado, que permite observar sobre a apropriação dessa luta no esvaziado discurso político eleitoral. Aprofundar esse lugar de observação é romper o silêncio, denunciar o racismo como ideologia estruturante no discurso midiático e amplificar a luta por políticas públicas de empoderamento, participação e protagonismo para a juventude negra.

“A gente não se mobiliza por uma causa, a gente se mobiliza pela nossa vida”.

DANIELE SANTOS,
Estudante na Bahia



Depoimentos

A seguir, textos de **participantes** da série “**Diz aí – Enfrentamento ao extermínio da juventude negra**”, baseados em **experiências pessoais** e **coletivas** de jovens, homens e mulheres. A partir de suas **trajetórias**, são apresentadas situações e **enfrentamentos concretos, forjados cotidianamente**, para transformar a realidade e dar visibilidade às **ações construídas pelas juventudes negras**, que buscam construir **um país mais justo** para todas juventudes.

Depoimentos

JANAÍNA OLIVEIRA

MC E PROFESSORA NO RIO DE JANEIRO

Depois que a série foi ao ar, não tinha noção do quanto ela iria repercutir: está chegando a pessoas que nunca tinham participado do debate. Elas viram que não eram acadêmicos falando com uma linguagem distante, mas pessoas que vivem essa realidade. As pessoas despertam com a série. O ruim é perceber a angústia com o tema: o inimigo é muito grande.

Eu não tive escolha, nasci preta. Eu sabia quem eu era e sabia como eu estava me colocando, como igual. Na adolescência, você quer saber o porquê das coisas. O hip hop veio nesse momento. Não aceitava as coisas que estavam acontecendo, queria tocar as pessoas sobre isso. A luta era algo que acompanhava a cultura hip hop. Tinha que ter uma formação para escrever e interagir. Hoje, quando escuto as pessoas dizendo que me ouviram e que mudaram por isso, passei a ter noção de como a arte transforma as pessoas, assim como me transformou.

Eu queria trocar essa ideia sendo feminina. A minha fala é mais importante do que minha roupa, de quem eu sou. Fiz questão de ter na minha fala um discurso mais popular, que fosse mais compreensível para o público

de Parada Angélica, para minha mãe, minha irmã, para quem eu acho que interessa ouvir essas questões.

Sempre teve violência onde eu morava, faz parte do nosso dia a dia. Passamos por pessoas mortas, as pessoas olham e continuam suas vidas. Às vezes a gente está tão anestesiado, que não percebe as violências e o racismo. Como você vai desconstruir essa cultura de violência e de extermínio? Eu me dizia que isso não pode ser normal. Não pode morrer tanta gente e ninguém ir preso, ninguém investigar.

Aboliu-se a escravidão, a Polícia Militar foi criada para reprimir essa população negra que estava nas ruas, pois não recebeu trabalho e terra. Então, houve uma série de leis para controlar essa população. Ela veio para matar e reprimir a população preta, de todas as formas, e ainda está programada para isso. A polícia não vai mudar com um curso de Direitos Humanos. A Polícia foi criada para isso e está cumprindo o papel.

Os jovens das favelas, da periferia, crescem no ódio. Eles não são bem-vindos na Zona Sul, no shopping, no banco. A polícia chega metendo o pé na porta da casa, batendo neles, nos pais, nos tios. Na rua as pessoas escondem a bolsa, eles são seguidos no shopping. Eles vão reagir a essa violência diária. A negra não se sente pertencente a esse lugar. Você vê todo mundo de cabeça baixa. A violência psicológica te mata aos poucos, mata sua esperança. A sociedade está criando esses jovens com ódio e está colhendo ódio.

A gente precisa ter noção de que o racismo não é culpa nossa. As coisas acontecem não é por não corrermos atrás, por que não nos esforçamos. É preciso desconstruir essa visão. Se você tem um copo cheio e coloca mais uma gota, ele transborda. Então, para entrar preto, tem que sair alguém. A



JANAÍNA OLIVEIRA MORA EM PARADA ANGÉLICA, DUQUE DE CAXIAS, NO RIO DE JANEIRO.

Vida acadêmica Graduou-se em publicidade pela Universidade Véiga de Almeida (UVA) e fez curso de extensão universitária em publicidade afirmativa na Espocc/UFRI.

Vida profissional Seu primeiro emprego foi como doméstica. Depois, trabalhou como assistente de coordenação do Fundo Elas. No cinema, começou fazendo produções, como o documentário “Rap de saia”, e organizou núcleos audiovisuais em ONGs de mulheres pretas. Também coordenou o Núcleo de Juventudes do Coisa de Mulher.

Ao fim da graduação, abriu a JOR Produções. Presta serviços na área de comunicação e publicidade e tem como clientes o Centro de Articulação de Populações Marginalizadas (Ceap) e o Afro Carioca de Cinema. Participa da equipe técnica da Escola Popular de Comunicação Crítica (Espocc) como produtora de audiovisual, onde também dá aulas sobre esse tema.

galera está acessando seus direitos, está se informando e se formando. Aí eles pensam: “como vão fazer para nos manter no ‘lugar’?”. E, aí, uma das soluções é o extermínio.

A população negra ainda é tida como coisa, objeto, como descartável. Por que nos matam? Por que não estão matando seres humanos, mas animais. A mulher negra, principalmente. A sociedade ainda vê nosso corpo como público. Quando você vai ao médico ginecologista, quando ele toca a mulher negra, é com violência. Na sala de parto, você recebe menos anestesia que o normal. Isso é racismo institucional.

Por que discriminar os jovens da periferia? Eles são muito criativos. Não ficamos no campo das ideias, da teoria. A gente vai lá e faz. E isso é uma ameaça. Essa juventude que está toda conectada, daqui a 20 anos não vai disputar o poder? Por isso os números do extermínio aumentam. Quando a favela desce, não tem espaço no Rio de Janeiro. Daí vem a repressão, para a galera perder a coragem. Mas a galera continua colocando a cara. Como vão controlar essa população que está se empoderando, dizendo que é bonito ser preto?

Primeiro você tem que se empoderar. Tem que buscar argumentos para tirar a venda da população. É um momento crítico. As pessoas estão perdendo o medo de se posicionar. É dolorido, é agressivo, mas é melhor. Se me reconheço como racista, eu posso mudar. Mas se eu não sou racista, pra que mudar? A gente tem uma lei que criminaliza o racismo. Então eu vou registrar quantos boletins forem precisos, pois quando alguém for puxar as estatísticas, estará lá: somos racistas. A gente tem que trazer o estranhamento, tem que gritar.

Quero que nosso país entenda que somos todos diferentes, e que isso precisa ser respeitado. E que a cor da minha pele não defina meu futuro. Às vezes você perde a esperança, senta na cama e pensa em parar. Tenho um filho homem, um jovem negro. Ele vai ser um jovem suspeito. A única forma que tenho de ver o sorriso do meu filho até eu morrer é lutar hoje.

“Sou negro e por isso, também sou alguém.”

ISRAEL NETO,
MC e educador em São Paulo

Depoimentos

ROBSON OLIVEIRA (ROBSOUL)

RAPPER E PROFESSOR EM SÃO PAULO

Meu primeiro contato direto com a polícia foi quando tinha cinco anos de idade. Eles entraram atirando na minha casa e ficaram várias marcas de tiro nas paredes. Violência policial e extermínio da juventude negra sempre foram presentes em minha vida. Numa das vezes em que eu saía do banco, aos 12 anos, um policial me deu um soco nas costas, empurran-

do-me numa parede. Fiquei bastante assustado, o policial, também negro, e fisicamente muito forte, segurava minha blusa e me chamava de “neguinho” o tempo todo.

Aprendi, na prática, e muito cedo, que existe, para a polícia, um tipo de “suspeito padrão”, e que faço parte desse grupo. Sou abordado pelo menos duas vezes por mês – como eles mesmos dizem: “rotina”. Para quem?

Como MC, iniciei aos 13 anos de idade, por gostar da sonoridade e dos temas. Sempre me senti representado pelo hip hop de maneira geral. A militância começou quando entrei em um coletivo e pude circular por diversas reuniões comunitárias, encontros de saúde, educação, urbanização, etc. Me sentia forte quando via as pessoas do meu bairro debatendo e exigindo do poder público. Mesmo como adolescente, sempre que dizia algo eu era ouvido.

Por fazer *rap*, adotei como forma de expressão os assuntos antes debatidos nessas reuniões, bem como meus sentimentos e indagações perante o mundo. O *rap* é uma prática de enfrentamento direto contra o racismo



**ROBSON MARTINS DE
OLIVEIRA (ROBSOUL), 30
ANOS, NASCEU EM SÃO
PAULO E MORA NO BAIRRO DO
GRAJAÚ, NA MESMA CIDADE.**

Vida acadêmica Formado em pedagogia pela Faculdade Sumaré, cursou extensão em História da África e culturas afro-brasileiras na Unifesp.

Vida profissional Trabalhou como educador social em um Centro para Crianças e Adolescentes (CCA); foi professor da Rede Pública Municipal de Ensino e coordenador pedagógico. Atualmente, trabalha com formação de professores nos núcleos de relações

étnico-raciais, gestão democrática e construção do conhecimento ao longo da vida (Educação de Jovens e Adultos), na diretoria regional de Educação de Campo Limpo, em São Paulo.

Militância Iniciou-se na militância em 1998, aos 13 anos, como MC. Junto com o DJ Jefferson, começou a participar de reuniões de associações de bairro, fóruns de educação, moradia e saúde. Como esteve sempre ligado à música – tinha muitos discos em casa, frequentou alguns bailes de quintal e seus primos eram DJs – decidiu começar a escrever rap. Desde criança, esteve sempre envolvido com a cultura hip hop. Atua nos coletivos Malungo, Quinta em Movimento, Sampa-Mundi e Rede de Comunidades do Extremo Sul. O ponto comum entre a militância e o trabalho formal é que sempre atua com foco na educação popular, no respeito às diferenças, nas questões étnico-raciais e na construção de uma sociedade menos desigual a partir da participação popular.

Robson tem uma companheira, um filho e uma filha. Atualmente, passam por “um processo de estudo, amadurecimento e afirmação da identidade”. Sempre que podem, vão rever os amigos nas aldeias indígenas, comunidades remanescentes de quilombos e ocupações.

e a desigualdade, e também permite o diálogo com a população. Imediatamente me torna um combatente das práticas culturais e da luta de classes, no campo das ideias e produção de conhecimento. É a primeira forma de enfrentamento ao extermínio. E vejo a cultura hip hop como práticas de Educação Popular.

Trabalho como professor na rede municipal, este ano, especificamente com alfabetização de adultos. Geralmente discuto a questão do Negro no Brasil a partir da valorização cultural, dos movimentos sociais, numa perspectiva de que a população negra nunca foi passiva ao seu extermínio.

A questão direta do enfrentamento é trabalhada diariamente. O extermínio da população negra não se dá apenas com homicídios diretos, mas também com a evasão escolar, a redução da maioridade penal, a falta de acesso às universidades, a não representação nos espaços midiáticos. Logo, permanecer nos espaços de educação, lutar para melhorá-los e garantir o acesso aos temas são práticas de luta importantíssimas.

Existe uma dinâmica do currículo para determinado ciclo/série, mas temos também a Lei 10.639/2003 que torna obrigatório o ensino da História da África e da cultura afro-brasileira. Portanto, posso trabalhar os saberes específicos, como por exemplo, interpretação de texto com a temática do extermínio da população negra. Os educandos geralmente se sentem representados, ora surpresos com determinados dados, e o ponto de partida sempre é a realidade deles.

As experiências da população negra em contato com a polícia são sempre desagradáveis. Em situações de abordagem me sinto como um prisioneiro de guerra, armas apontadas, mãos na cabeça, e um homem me revistando pelas costas. Geralmente falo pouco, respondo apenas “sim” ou “não”, e por resistência, nunca saiu da minha boca a palavra “senhor”.

Já sofri diversas agressões policiais e percebi, desde muito cedo, o real sentido da ação da polícia na periferia com a população negra. Tudo isso faz parte de uma política de extermínio. Não é o primeiro período na história em que a população preta no Brasil tem ficado à margem, haja vista a política de embranquecimento no pós-abolição, com a migração dos alemães e italianos. A intenção de “apagar” do Brasil a população negra ainda é a mesma.

A ação da polícia não tem mudado, o que tem mudado é o nosso acesso à informação e o que temos feito com ela. Ainda acho cedo para dizer que há maior conscientização, pois meus ancestrais quilombolas também

fizeram um confrontamento direto. Acredito que a luta segue, tão sangrenta quanto no início, infelizmente.

Nenhuma ação política, nenhuma proposta vinda pronta do governo, sem a participação efetiva da sociedade civil, trará resultados positivos. Vivendo numa luta de classes, é difícil imaginar que qualquer projeto ou programa social elaborado pelas elites – e podemos incluir o poder público como elite – dê algum resultado positivo quando posto em prática.

Ainda vejo essas ações sem nenhuma dimensão do trabalho de base que é necessário ser desenvolvido nas comunidades. Luto incansavelmente para que isso aconteça. Um dia, minha prole vai estar reunida a outras proles, tratando o pensamento racista, como tratamos hoje do homem de Neandertal.



Depoimentos

NAZARÉ CRUZ

TRANÇADEIRA, EM BELÉM

Começo minha juventude no município de Muanar, no campo, na região de Marajó. Era uma cidade pequena, então, não tinha essa realidade de violência letal, mas tinha a violência simbólica. Sabia que era diferente, sentia na pele, mas não entendia que era por conta da herança étnica. Quando vim morar em Belém, na Terra Firme, um bairro periférico da cidade, participava de vários movimentos sociais envolvendo as juventudes. Com o tempo, a gente percebeu que não conseguia ficar mais na praça porque a violência começava a chegar e esses espaços deixaram de ser ocupados. Quando começo a ter contato com o movimento negro é que vou entender a relação racial.

Sofri um crime de racismo no shopping. Uma vendedora disse: “você já se olhou no espelho? Isso não é para pessoas como você”. Isso mexeu absurdamente comigo. O racismo não é pessoal, é um processo coletivo. A vendedora não fez aquilo com a Nazaré, fez com uma mulher negra por que ela é racista e acha que está num contexto de superioridade. Se você tem

um coletivo que te dá força, você percebe que não está sozinha. O racismo continua nos atingindo, nos machucando, mas a gente lida com ele de uma forma diferente.

Na delegacia, todos tentam te convencer a não fazer a ocorrência. É uma tentativa de minimizar o crime que parte desde o escrivão ao juiz. Se você tenta dialogar, eles vão transformar isso numa situação cotidiana e acham que aceitar um pedido de desculpas deixa tudo bem. Eles não conseguem materializar a dimensão do racismo, que mata e deixa essas sequelas psicológicas. Os gestores das mais diversas políticas não querem reconhecer que a estrutura do Estado é racista. Seguem a tese de que a política é para todos, mas ela não atende a todos. A gente consegue acessar algumas políticas pontuais, paliativas. Mas, enquanto não provocar ruptura, a gente não avança, não consegue uma mudança estrutural.

A morte negra não comove. Parece que é uma luta só nossa. As pessoas não se comovem quando elas ficam sabendo que cinco jovens foram assassinados por sete tiros. Não sei qual caminho temos para fazer com que a sociedade se sinta responsável pela nossa juventude. Somos a maioria da população, mas há uma dificuldade de se afirmar, de perceber o nosso pertencimento a essa situação de racismo estrutural.

É preciso romper o silêncio, provocar rupturas. Várias pessoas emponderadas com a discussão racial, quando chegam a determinados espaços, adoecem por conta do racismo institucional. Nós, que moramos na periferia, que assumimos nossa identidade racial, temos que provar várias vezes que somos capazes. É sempre mais difícil por herdarmos todas as dívidas e

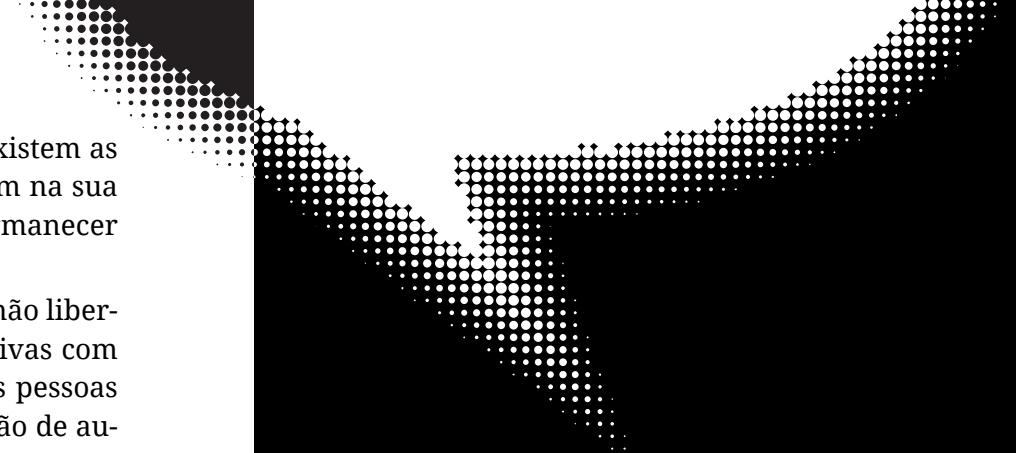


MARIA DE NAZARÉ COSTA DA CRUZ, 34 ANOS, NASCEU EM BELÉM DO PARÁ E VIVE EM TERRA FIRME, NA PERIFERIA DA CIDADE.

Vida acadêmica É graduanda em história na Universidade da Amazônia (Unama) e estuda relações raciais.

Vida profissional Maria de Nazaré é educadora social, trançadeira e pesquisadora do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) e da Fiocruz.

Militância Inicia-se na militância na década de 90, nas Comunidades Eclesiais de Base-CEBS, no município de Muaná, na Ilha de Marajó, no Pará. Integrou a Pastoral da Juventude-PI, no Bairro da Terra Firme, em Belém do Pará; militou no Movimento Social Negro Brasileiro, por meio da organização MOCAMBO, e na juventude negra, no I Encontro Nacional de Juventude Negra (Enjune). Atualmente, faz parte da Associação Afro-Religiosa e Cultural Ilê Yaba Omi-ACIYOMI e da Coordenação Nacional de Entidades Negras-CONEN. Ajudou a organizar a Juventude Negra do PT-JN13 e foi secretária Estadual de Combate ao Racismo do PT-PA. Hoje, ocupa o cargo de secretária de Assuntos Institucionais do PT-PA. É feminista negra, foi católica e hoje faz parte do Povo Tradicional de Matriz Africana. É Abiã da Casa de Mãe Nalva de Oxum, uma casa da nação Ketu.



mazelas do racismo no processo da escravidão no Brasil. Ainda existem as pessoas que, dentro desses espaços não negros, não se reconhecem na sua negritude. E precisam se embranquecer cada vez mais para permanecer nessas estruturas.

A juventude do terreiro é muito mais invisível. O processo de não liberdade religiosa é muito forte. Mesmo com todas as formas pejorativas com que tratam essa religiosidade, não há pauta nas organizações. As pessoas acham que é uma questão religiosa. Não, é política. É uma condição de ausência de política de saúde, por exemplo, que não chega a essa população tradicional de terreiro por conta do racismo institucional.

Os terreiros têm um processo recente de organização política e têm uma hierarquia, de respeito aos mais velhos, que é muito importante na cosmologia africana. Dentro da relação do terreiro, quando a juventude começa a se organizar para pautar a liberdade religiosa em um espaço político, é porque ela está fragilizada. Muitos jovens de terreiro não entendem por que sofrem ações de intolerância e cerceamento da expressão religiosa. Não sofrem o racismo da pele, mas pelo pertencimento, pelo culto à religiosidade de matriz africana e negra.

Essa organização nos terreiros começa a se fortalecer a partir de 2007. Essa geração, como eu, é formada no Enjune. Foi a primeira vez que a juventude negra se encontrou para pautar a política a partir do nosso olhar. A experiência mudou muito nossas vidas, no sentido da responsabilidade que tínhamos naquele momento para colocar nossa agenda na pauta institucional. Mostrar que estávamos invisibilizados e que tínhamos uma demanda própria: ser protagonistas da nossa história.

Nossa geração cumpriu o papel a que se propôs. A gente se propôs a estar nos espaços de poder. Disputamos esses locais, conseguimos chegar a alguns. Mas, estando aqui, é nossa responsabilidade provocar rupturas no silêncio desses espaços. Conseguimos criar um corpo dentro das universidades. Agora, é preciso fazer uma avaliação da relação dos cotistas com a pauta. Muitos se formam sem um impacto da questão racial nas suas vidas e na sua produção. Acham que não têm a ver com esse debate, quando na verdade são frutos diretos dessa luta.

A gente pauta muito o protagonismo juvenil, somos frutos e atores desse processo. A responsabilidade é ajudar a formar outra geração para dar conta de outras pautas. Outros jovens precisam ser protagonistas, dar continuidade a esse processo de empoderamento, acessar os espaços e provocar rupturas nas estruturas institucionais, principalmente governamentais, sobre o racismo e a falta de políticas públicas.



“Os gestores das mais diversas políticas não querem reconhecer que a estrutura do Estado é racista”.

NAZARÉ CRUZ,
Trançadeira no Pará



Ações de enfrentamento

Organizações de cada uma das **regiões do país** apresentam suas **propostas** para **enfrentar o extermínio da juventude negra**.

São relatos que evidenciam os **esforços** de organizações que toparam o **desafio** de **construir alternativas** para **enfrentar o racismo**, suas consequências, e de compartilhá-las aqui, neste guia.

BELÉM

Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase) e Imanatara, Lorena Lima, Ainá Silva, Jairo Amaral, Jhessica Lobato, Aldebaran Moura, Ednalva Silva, Clarice Silva, Francisco Filho e Lucivaldo Pereira



Nos dias 4 e 5 de novembro de 2014 nós, moradores de seis bairros pobres de Belém, ficamos com medo diante de tudo o que estávamos vendo e ouvindo.

O clima de tensão se instalou a partir da morte de um possível integrante de uma milícia que agia no bairro da Terra Firme. Em represália à sua morte, inciou-se um processo de matança de jovens, tendo como único critério o fato de estarem na rua.

No dia seguinte, as organizações de defesa dos direitos humanos reuniram-se para debater sobre o que acontecera. A essa reunião compareceram mais de 100 organizações. Juntos, lançamos a primeira nota pública e, em seguida, organizamos um ato que contou com várias organizações de diferentes segmentos sociais. Estábamos preocupados com a situação de segurança, com o que poderia acontecer com nossos irmãos, amigos e colegas, e conosco também.

Como resultado da ação articulada das organizações foi instalada uma Comissão Parlamentar de Inquérito na Assembleia Legislativa, em parceria com os movimentos sociais, conhecida como CPI das Milícias. Dessa CPI resultaram algumas recomendações para seguirmos adiante na luta em defesa da vida e no combate à ação das milícias. Destacamos, entre elas:

- Recomendação ao poder Executivo para encaminhar projetos de Lei à Assembleia Legislativa, pondo fim aos autos de resistência no âmbito de corregedores das polícias civil e militar, sem prejuízo de inquéritos no âmbito da DECRIF, com acompanhamento e participação direta da ouvidoria dos sistemas de segurança pública.
- Recomendação à Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados e à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República para que alterem o Código Penal Militar, com o objetivo de incluir o tópico milícia no rol dos crimes militares.
- Retomada do Programa de Proteção aos Defensores/as de Direitos Humanos (PPDDH) no âmbito do Estado do Pará, com a construção de um plano estadual de proteção com participação ampla da sociedade civil, de defensores e defensoras ameaçadas.

**Continuamos na luta em busca de uma sociedade mais justa e fraterna.
Avante companheiros(as)!**

ALAGOAS

Rúbia Nascimento

Professora e representante da Pastoral da Juventude do Meio Popular no Conselho Nacional de Juventude, em Alagoas



Em Alagoas, racismo e intolerância religiosa alcançaram um de seus mais altos níveis de violência em 1º de fevereiro de 1912. O ‘Quebra de Xangô’, como ficou conhecido, atingiu os terreiros de Maceió e do interior de Alagoas. A milícia Liga dos Republicanos Combatentes invadiu terreiros, destruiu tudo e bateu nos filhos de santo. Babalorixás e Yalorixás tiveram paramentos e objetos de culto expostos e queimados. A africana Tia Marcelina, fundadora do Candomblé no estado e mais famosa mãe de santo local, resistiu à invasão de seu terreiro. Levou golpes de sabre enquanto, banhada em sangue, bradava: “Bate, moleque. Quebra braço, quebra perna, tira sangue, mas não tira saber”, gemendo para Xangô a cada chute. Essa foi uma das tantas caras monstruosas de racismo e intolerância religiosa no estado.

Em Alagoas, a violência nunca foi vista como aberração, mas como solução, infelizmente. Vivemos hoje a cultura do silêncio: nossos jovens são assassinados e a sociedade se cala, legitimando a violência. Acreditam que foi o jovem que procurou a morte, acerto de contas. Que contas legitimam o genocídio? Os assassinos são “justiceiros”, ficam impunes. Nenhum crime é apurado.

A juventude negra é feita de seres humanos, fruto de uma sociedade capitalista e racista, que mata, corrompe, explora e escraviza os trabalhadores. A polícia aborda de forma truculenta nossos jovens pelo estereótipo, cor da pele, condição social, maneira de falar e de se vestir. A mídia faz sensacionalismo contra a juventude pobre e periférica, alardeia que bandido bom é bandido morto. Na verdade, bandido negro e pobre é bom morto.

Como mudar essa realidade? O primordial é desvelar o racismo que, mascarado, nos faz chegar a essa situação cruel sem enxergá-lo como causa. E precisamos acabar com a impunidade. A educação é um grande ponto de partida, e se faz necessário praticar em todas as escolas a Lei 10.639/03, que determina o ensino da História da cultura afro-brasileira e africana. Após dez anos, ela não é cumprida plenamente, com a seriedade e a responsabilidade necessárias para acabar com o racismo nas escolas. Em vez disso, os estudantes convivem com abordagens truculentas da polícia no espaço de ensino. Temos uma política de segurança intitulada ‘Batalhão Escolar’, da Polícia Militar, no maior complexo educacional da América Latina, Centro de Estudos e Pesquisas Aplicadas (Cepa). O Batalhão não passa respeito aos jovens estudantes, e sim medo e revolta.

Nosso sentimento é de medo, revolta e angústia por ver essa situação no estado, como uma guerra civil. Não bastasse a negação de direitos, convivemos com violência policial, um dos gargalos que a juventude negra periférica enfrenta. É preciso uma nova polícia, sem autos de resistência e que trate todos e todas da mesma maneira, sem distinção de cor ou classe.

PERNAMBUCO

Grupo de Informática, Comunicação e Ação Local (GIRAL)



Temos trabalhado com afinco para dar um basta ao genocídio e frear a criminalização da juventude negra e empobrecida. Formamos o Fórum Estadual para dialogar com organizações e encontrar saídas contra a violência. Para mudar, é preciso dar oportunidades à juventude negra empobrecida, efetivar as políticas públicas e os direitos constitucionais. Enfim, é necessário que a sociedade nos reconheça como iguais em totalidade. “Eu não chegava perto de pessoas negras e não bebia no mesmo copo, pra mim, elas eram sujas”, socializa uma jovem de uma escola pública em Feira Nova, Agreste de Pernambuco. Ouvimos essa afirmação durante uma oficina de produção audiovisual. No momento, todos se olharam, surpresos, confusos e alguns até indignados.

A discussão foi além do que imaginamos. Um jovem negro, homossexual, emocionado diz: “Quando minha mãe expulsou-me de casa, disse que preferia que eu morresse”. O outro comentou, timidamente: “Lá em casa, passavam água sanitária nas cadeiras que eu sentava, para outros usarem”.

A afirmação dos jovens nos revela o oculto, a invisibilidade social de mortes diárias, cometidas a partir de palavras e ações discriminatórias. Revela também o quanto é desafiador ser negro, pobre, nordestino. Todos os dias, visualizamos várias formas de extermínio da juventude negra. Para além dos dados assustadores da violência, todos os dias morrem jovens negros, com palavras, frustrações e negação de direitos.

Em Pernambuco, essa realidade assola do litoral ao sertão. Das pequenas cidades interioranas, onde predominam os engenhos e seus canaviais, e muitas formas de trabalho análogo à escravidão, aos grandes centros urbanos, que, contornados pelas periferias, revelam cenários de uma marginalização mais que excludente: homicídio. Pobreza, baixa escolaridade, homossexualidade – situações que ampliam o horror do extermínio de uma juventude transformadora, que luta por seus direitos, mas que se sente impotente diante das articulações políticas e sociais do Brasil.

E, assim, ouvindo e comentando, seguimos o encontro que resultou na produção de dois vídeos sobre o tema. Nesse sentido, queremos discutir o extermínio da juventude negra, para além do que vemos na televisão. Queremos discutir suas vidas, seus sonhos, suas histórias. Pense nisso, e anule qualquer prática desse extermínio. Discuta e vá além das campanhas. Você tem informação e vivência suficientes. Nós o/a apoiamos.

Saiba mais

<http://giral.org.br/>

MINAS GERAIS

Fórum de Juventudes da Grande BH



Desde o início de 2012, o enfrentamento à violência contra as juventudes é a principal bandeira de lutas do Fórum, que defende os direitos da população jovem e luta pela construção de políticas públicas com essa perspectiva em Belo Horizonte e na Região Metropolitana. Estamos mobilizados para sensibilizar as pessoas e construir estratégias de enfrentamento à violência, pautando a sociedade e o poder público em relação ao tema. Além da violência letal, é sabido que jovens negros estão expostos a uma série de outras violações que evidenciam as consequências do racismo nas relações sociais brasileiras.

Com o objetivo de pautar publicamente o assunto, incluindo o extermínio da juventude negra, o Fórum lançou a campanha *Juventudes contra Violência*, nas ruas desde maio de 2013. Outra atividade de destaque foi o seminário estadual sobre o tema que realizamos em Belo Horizonte, em fevereiro de 2014. O evento contou com a participação de representantes juvenis de diferentes estados do país e discutiu temas como racismo, homofobia e violência de gênero entre a população jovem. Na ocasião, também foi lançada, em Minas, a série “Diz aí – Enfrentamento ao extermínio da juventude negra”, produzida pelo Canal Futura em parceria com várias organizações juvenis no país, entre elas o Fórum das Juventudes da Grande BH.

Se bem aplicados, materiais como a série “Diz aí” são recursos valiosos para inspirar e subsidiar processos educativos relacionados às juventudes. A série é inteiramente construída com base em depoimentos e experiências de jovens envolvidos com o tema, o que favorece a identificação por parte dos jovens educandos, fundamental em processos educacionais. O material também fornece informações qualificadas sobre o assunto, contando com o acúmulo e a trajetória de importantes grupos e movimentos sociais que atuam com o tema.

Os episódios podem servir como deflagradores de rodas de conversa entre jovens e também com profissionais que trabalham com jovens. É fundamental problematizar, com esses agentes, como as experiências das juventudes são levadas em conta no curso das atividades. A discussão com os profissionais também é uma oportunidade de contribuir para que eles possam enfrentar problemas como o racismo institucional e a falta de garantia de direitos dos jovens em espaços de semiliberdade e internação.

Saiba mais

<https://www.facebook.com/forumdasjuventudesBH>
<http://juventudescontraviolencia.org.br/>

PARANÁ

Geraldo Paulo Pires
Casa de Juventude



PARANÁ

No Brasil, ser jovem, negro, do sexo masculino e morar nas periferias torna o cidadão um alvo preferencial da violência que atinge, tal como epidemia, as cidades do nosso país. Segundo a pesquisadora Regina Novaes, a juventude brasileira carrega consigo três medos: estar desconectada, sobrar no mercado do trabalho e morrer. Este último vem marcado pela transformação da juventude como o período em que se está *longe da morte*, para uma realidade na qual “ser jovem” é estar no *principal grupo suscetível à violência*.

O medo de morrer não é apenas um sentimento vago, mas uma realidade. Os adolescentes e jovens representam o grupos mais vulnerável e suscetível às violações de Direitos Humanos, sendo também as maiores vítimas da violência letal. Além das dificuldades do Estado brasileiro em oferecer serviços ou direcionar políticas em sintonia com as demandas dos jovens, as questões raciais são emblemáticas para compreender as relações de violência.

Negros e pardos (50,7% da população, segundo o Censo 2010) são mais vulneráveis às situações de violência e morte no Brasil. Essa vulnerabilidade está associada aos locais de moradia, à falta de políticas públicas em áreas essenciais, às condições de mobilidade urbana e às desigualdades sociais.

Segundo a Unesco, o Brasil está entre os quatro países com maior taxa de homicídio, num ranking composto por oitenta e quatro nações. Entre os jovens de 15 a 24 anos, subimos para a terceira posição. Entre 1980 e 2011 cerca de 660 mil jovens brasileiros foram vitimados pela violência, índice maior do que os que foram registrados em guerras como a do Afeganistão.

A discriminação e o preconceito racial são elementos preponderantes que permeiam esses dados e que, conjugados com a ação policial desqualificada, a cooptação de adolescentes e jovens pelo tráfico e a falta da presença do Estado em áreas periféricas, constituem a tessitura de uma realidade de negação dos direitos da juventude, especialmente o direito à vida.

O reconhecimento da problemática, as ações integradas por meio de redes de entidades e organizações, a proposição de debates envolvendo sociedade civil, poder público, organizações populares, bem como as ações afirmativas, constituem o caminho que a Casa da Juventude do Paraná encontrou para tratar dessa questão. Para afirmar as questões urgentes que estão colocadas, é essencial que se deixe de negar o que as pesquisas vêm comprovando.

Saiba mais

<http://www.casadajuventudepr.org/>

“A polícia chega armada ideologicamente para nos dizimar. Dialogar é possível com uma nova polícia, que cumpra o papel dela, que não é garantir o patrimônio privado ou público, mas garantir a vida”.

CAROLINE AMANDA,
Estudante e gestora de projetos em São Paulo

PROJETO

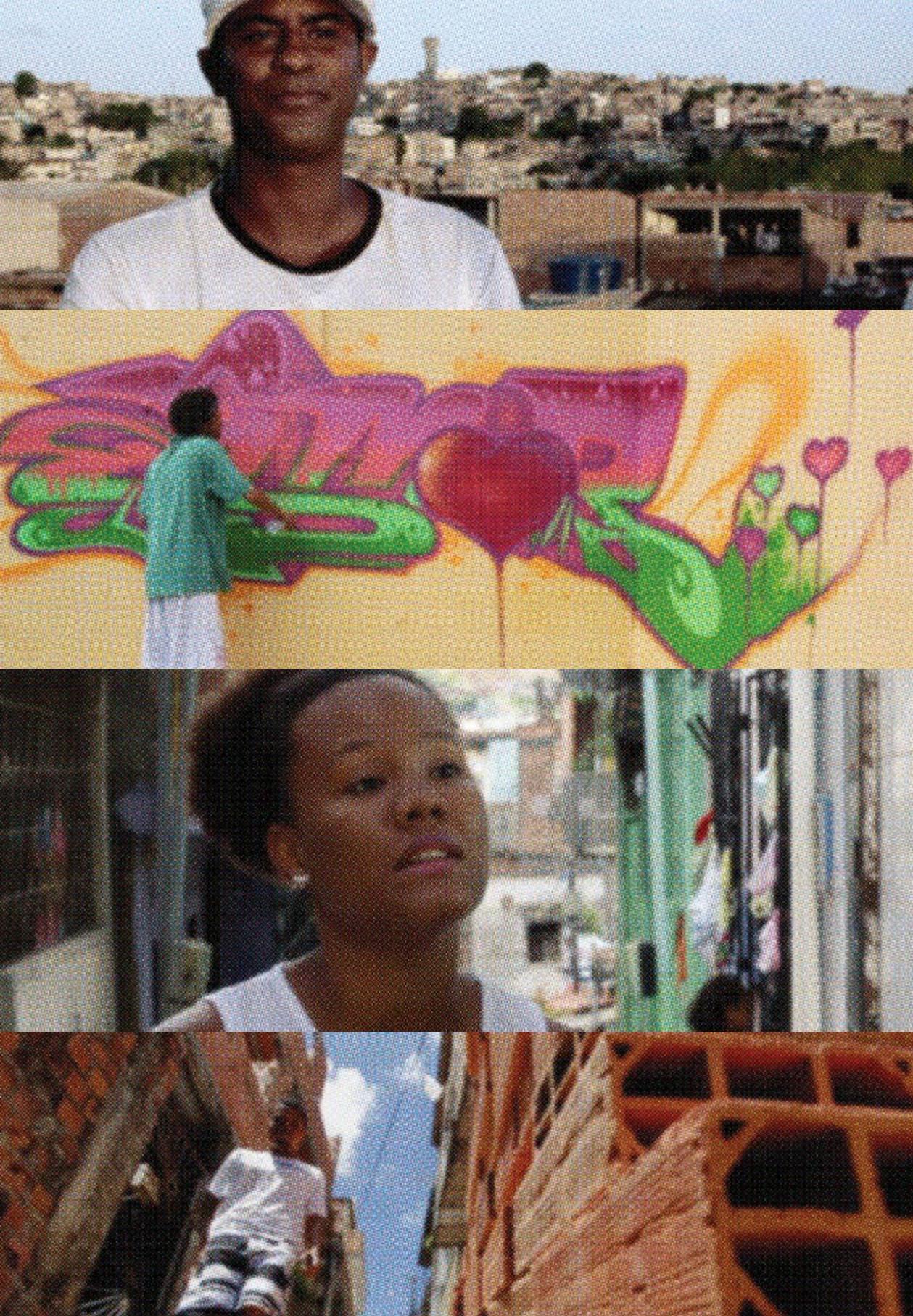
Diz Aí

Ao tratar de **questões relacionadas às juventudes**, a **voz jovem** deve ser **privilegiada**. **Críticos e reflexivos**, os **jovens refletem e debatem** as questões de que são protagonistas. É essa a proposta da série “Diz aí”: **valorizar o entendimento** e as **histórias das juventudes** sobre **questões que fazem parte das suas vidas**.

Produzida pela área de Mobilização e Articulação Comunitária do Canal Futura, “Diz aí” é uma série de programas de curta duração que traz a opinião dos jovens de diversas regiões do país sobre as questões étnico-racial e de gênero, mercado de trabalho, sexualidade, cultura, cidadania, meio ambiente, geração de renda, acesso a tecnologias, combate à seca, entre outras.

Inicialmente elaborada para a fase de preparação para a I Conferência de Políticas Públicas para a Juventude (2008), a série foi ampliada para trazer mais retratos e olhares juvenis das diferentes juventudes brasileiras e latino-americanas.

Assista a todos episódios no site
<http://www.dizai.org.br>



DIZ AÍ

ENFRENTAMENTO AO EXTERMÍNIO DA JUVENTUDE NEGRA

SINOPSES

No contexto do projeto “Diz aí”, a série buscou fomentar reflexões e trazer experiências sobre o combate à violência e a necessidade de diminuição das altas taxas de homicídio que vitimizam os jovens negros brasileiros. Esta temporada, em parceria com a Querô Filmes, conta com participação de grupos do Pará, Bahia, São Paulo e Rio de Janeiro.

Episódio 1 – Contextualização

“O problema do Brasil é social ou racial?”. A partir desse questionamento, jovens ativistas refletem como o racismo e a ausência de políticas públicas, sobretudo nas periferias, contribuem para o extermínio da juventude negra no país.

Episódio 2 – Identidade

Jovens apontam como o resgate da história da população negra, a valorização da cultura afro-brasileira e a afirmação da identidade podem reverter a realidade na qual o jovem negro é cooptado pelo processo de violência.

Episódio 3 – Polícia

A proporção de negros entre as vítimas da violência policial no Brasil é três vezes maior em relação aos brancos, segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Jovens relatam suas experiências em diversas regiões do país, discutem a marginalização do negro e as possibilidades de diálogo com as polícias.

Episódio 4 – Mobilização e enfrentamento

A importância da mobilização da juventude negra, não apenas contra o processo de violência, mas para a conquista de espaços e direitos. Os jovens relatam suas experiências em fóruns e movimentos sociais para avançar na luta pela afirmação e cidadania plena.

Sugestão de atividades

Essa seção conta com **propostas de atividades e oficinas** com diferentes **abordagens** que buscam **facilitar a reflexão sobre o tema**.

“Além do alto número de assassinatos de jovens negras e negros, as desigualdades raciais e sociais no próprio universo das juventudes nos fez pensar sobre outras questões relacionadas às nossas vivências cotidianas. Para iniciar o papo: o que significa ser jovem hoje, para uma pessoa negra? Como as juventudes negras sentem os vários pertencimentos de orientação sexual, gênero e classe socioeconômica? Que outras dimensões (autonomia, afetividades, trabalho, tempo livre, estudo, participação...) podem ser parte da violência e do enfrentamento que damos à discriminação?”

SUGESTÃO 1 - Canal Futura - Débora Galli e Melina Marcelino

Objetivo: sequência de dinâmicas para a utilização dos quatro episódios da série “Diz aí – Enfrentamento ao extermínio da juventude negra”, focando em temas como identificação e negritude (Quebra-cabeça), juventude e segurança (Proteção) e mobilização (Causas e soluções).

Público: jovens entre 13 e 24 anos

Materiais: folhas de cartolina em cores diferentes, cola, som, música instrumental

Descrição:

Quebra-Cabeça – Após a apresentação dos participantes, a turma é dividida em dois grupos. Cada um dos participantes tem, em mãos, um pedaço de cartolina recortada na forma de peças de um quebra-cabeça. A cada grupo corresponde uma cor. O facilitador deve pedir a cada pessoa que escreva o seu nome em uma peça do quebra-cabeça e, também, o que entende por ser jovem e negro. Os participantes devem tentar montar o quebra-cabeça, respeitando as cores e colando as peças em uma cartolina inteira. Em seguida, cada um se apresenta e diz ao grupo o que escreveu. O facilitador, ao final da apresentação, faz um resumo do que foi dito.

Apresentação episódios: Diz aí – Contextualização e Identidade.

Proteção – O grupo é separado em números pares e ímpares, formando duplas. O facilitador será a ameaça, os pares, os protetores e os ímpares, os protegidos. A música permite que a dinâmica pareça uma dança. O facilitador tenta atacar os protegidos e os protetores os defendem. O facilitador diz “troca” e os ímpares e pares trocam de função. Em seguida, reflexão: vocês se sentiram protegidos? Como vocês se sentiram ao proteger alguém? Vocês se sentem protegidos em casa? E na escola? E na rua? Quem era a polícia? Quem era o cidadão?

Episódios: Diz aí – **Policia e Mobilização e enfrentamento**, intercalados por debates.

Causas e soluções – Entregar duas tarjetas, uma de cada cor, para cada participante. Em uma das tarjetas eles devem escrever as **causas** do extermínio da juventude negra e, na outra, as **soluções** para o enfrentamento, tanto da perspectiva da sociedade civil quanto do Estado. Cada participante deve apresentar e explicar o que escreveu e o porquê, principalmente a solução, para que essas ações possam ser debatidas.

SUGESTÃO 2 - Rede Mulheres Negras e Federação Estadual de Comunidades Quilombolas – Fecoqui (Paraná)

Objetivo: possibilitar a visualização de lideranças negras empoderadas, conscientes de sua identidade, seu espaço social e da importância de mobilizar mais jovens negros; permitir que o jovem negro rural ou quilombola se veja como comunicador, incentivando a produção de conteúdos próprios sobre sua realidade.

Público: jovens entre 13 e 27 anos

Duração: 8h

Material: projetor, imagens de comunidades quilombolas, instrumentos musicais.

Descrição:

OUVIR – Formar uma roda e exibir os episódios **Diz aí – Contextualização, Identidade e Polícia**.

APROXIMAR – Trabalho de expressão corporal e danças afro-brasileiras, como o jongo, coco, dança afro, carimbó, tambor de criola, capoeira. Uso de instrumentos como atabaque, caxixi e boi. Essa atividade é importante para promover a interação entre os participantes, ao mesmo tempo em que valoriza expressões culturais afro-brasileiras, contextualizando-as histórica, social e regionalmente.

DEBATER, REFLETIR – Em uma roda de conversa, partindo da realidade local dos participantes, problematizar as seguintes questões: o que nos aproxima/afasta da realidade relatada nos vídeos? Quais foram as falas mais marcantes e por quê?

Eu me vejo como jovem negro, ainda que em espaços distintos retratados pelos vídeos?

RECONHECER-SE – Apresentar os conceitos de território e comunidade quilombola, problematizando se os territórios mostrados na série são distintos ou semelhantes aos do grupo; e as características de uma comunidade quilombola. Exibir imagens de comunidades quilombolas do país e pessoas que se identificam como quilombolas.

IDENTIFICAR e MAPEAR – Identificar práticas presentes na comunidade, de resistência histórica e valorização da cultura local (comida, geografia, costumes, brincadeiras, hábitos). Debater: quais são as formas de violência que nos atingem pelo fato de sermos jovens negros rurais? Por que essas violências ocorrem? Como mudar essa realidade?

AGIR – Em grupo, elaborar propostas de enfrentamento às violências sofridas pelos jovens negros rurais. Valer-se das práticas identificadas no mapeamento como instrumento de enfrentamento às violências sofridas.

ANIMAR – Para finalizar a reflexão, o assessor da atividade deve exibir o episódio **Diz aí – Mobilização e enfrentamento**.

FESTEJAR – Finalizar a atividade com mais uma prática de expressão corporal.

SUGESTÃO 3 - Rede Nacional de Adolescentes e Jovens Comunicadores (Renajoc), Evelin de Oliveira Haslinger

Objetivo: debater e promover a comunicação como um direito humano, por meio da educomunicação e produção de conteúdos de comunicação partindo do jovem sobre suas realidades e comunidade.

Público: jovens estudantes de escolas públicas

Duração: 4h (turno oposto às aulas)

Material: projetor para exibição dos vídeos, computadores

Descrição: cada participante receberá do educador uma tarja de papel, a qual será colada na testa de cada um. Palavras deverão ser escritas nessas tarjas (ex.: índio, negro, branco, rico, pobre, morador de rua, educador), de maneira que permitam a reflexão do grupo. A ideia é propor situações cotidianas de

interação humana, com base na identificação das tarjas, simbolizando a forma como nos relacionamos com as pessoas a partir de seus “rótulos”.

DEBATER E REFLETIR: Após a dinâmica, roda de conversa sobre como cada um se sentiu e sobre como as ações de preconceito e violência se manifestam no dia a dia vivenciado pelo grupo. O educador pode trazer, para acrescentar ao debate, dados quantitativos sobre a juventude e violência;

Exibição dos episódios **Diz aí – Contextualização e Polícia**. Na sequência, divisão em grupos para a produção de um áudio (*podcast*) que chame a atenção da população sobre o tema. Em seguida, apresentação dos grupos e discussão.

SUGESTÃO 4 - Canal Futura - Carlos Humberto Filho e Maíra Mascarenhas

Objetivo: propor uma reflexão sobre como o racismo opera no cotidiano social desde a infância.

Público: jovens, educadores e parceiros

Duração: 7h

Material: projetor, vídeo: “Comparando as bonecas”, textos selecionados

Descrição:

Cantiga de roda (Guerreiros de Jó/Escravos de Jó) – Organizar os participantes em círculo e usar uma brincadeira infantil, buscando quebrar a resistência inicial para a atividade seguinte. É importante que se descontraiam, movimentando o corpo. O mediador da atividade deve fazer uma breve introdução sobre o que representa o racismo, como, de maneira sutil, ele vem se impregnando em nossa formação e como podemos começar a desconstruir os estigmas que vitimizam crianças e adolescentes.

Apresentação do vídeo: “Comparando as bonecas”. O vídeo será exibido com o objetivo de sensibilizar e chamar a atenção do racismo na infância como uma ferramenta de extermínio de identidades. Em seguida, será realizada uma análise dirigida sobre o que foi assistido, por meio de perguntas: essa situação tem alguma relação com o cotidiano das crianças que atendemos?

Exibição de episódio e leitura de textos: o mediador deverá contextualizar o tema, mostrando que o racismo opera de diferentes maneiras.

Na infância, com a violência contra a formação da identidade étnico-racial, levando crianças a forjarem um universo branco como ideal de mundo. Na juventude, o racismo se coloca de maneira mais letal. Jovens negros, em idade de produtividade, criação e projeção de mundo são as maiores vítimas da mortalidade no país.

Perguntas:

- Qual o papel da sociedade no combate às diversas formas do racismo, na infância e na juventude?
- A educação pode ser uma estratégia de enfrentamento dessa situação letal do racismo?
- Somos macacos?
- Como podemos respeitar as diferenças?

Textos sugeridos: www.acordacultura.org.br ou guia “Diz aí”

Vídeo sugerido: “Comparando as bonecas” - <http://youtu.be/r92Pu0DGuAY>

Solução dos problemas: aproveitando os grupos já divididos pela atividade anterior, cada grupo vai pensar uma maneira de superar o problema por meio de uma ação a ser desenvolvida em seu ambiente de trabalho. Nesse momento, será iniciada a atividade de fechamento da oficina, na qual cada participante deve desenvolver um plano de ação, pensando numa forma de usar algum dos programas do Futura apresentado nas atividades.

SUGESTÃO 5 - Marina Ribeiro

Objetivo: refletir e debater a construção da identidade racial nas dimensões individual e coletiva a fim de encontrar respostas e alternativas às discriminações.

Público: jovens, educadores e parceiros

Duração: 3 h

Material: projetor, episódios **Diz aí – Identidade e Mobilização e enfrentamento**, tarjetas de cartolina (uma por participante), canetas pilot, cerca de 8 folhas de papel pardo e fita adesiva.

Descrição:

- Passo 1: após assistir ao episódio **Diz aí – Identidade**, os participantes escrevem o que encontraram no vídeo que se relacione com experiências vividas em torno da identidade racial (10 min.). Logo em seguida, o facilitador recebe tarjeta por tarjeta, escutando os participantes na explicação de suas anotações, reunindo e colando as tarjetas sobre o papel pardo.

- Passo 2: pedir que os participantes

identifiquem, no conjunto do que foi apresentado pelo grupo, se há elementos que eles próprios já tenham vivido. Nesse momento, o facilitador deve estimular o debate entre todos, utilizando o que for dito pelos participantes, principalmente, em forma de perguntas.

- Passo 3: em um dado momento da discussão, o facilitador deve lançar a pergunta “Para vocês, o que é racismo?”. Depois de ouvir as várias respostas, ele traz o conceito de racismo e construção da identidade racial para o debate (inserir sugestão de definição e fonte), escrevendo-os em um papel pardo. É essencial relacionar os conceitos com o que foi dito pelos jovens.

- Passo 4: exibir o episódio **Diz aí – Mobilização e enfrentamento**. Em seguida, dependendo do número de participantes, dividir o grupo em 3 ou 4 subgrupos de trabalho. O debate agora deve girar em torno de propostas feitas ressignificar as discriminações e combate-las. Finaliza-se com a apresentação dos grupos de trabalho.

SUGESTÃO 6 - Marina Ribeiro

Objetivo: identificar e problematizar como o cotidiano das jovens negras é marcado pela violência contra as mulheres e pelo racismo, principalmente, na construção e vivência da subjetividade.

Público: mulheres jovens, educadoras e parceiras.

Duração: cerca de 1h30min.

Material: fita crepe ou adesiva colorida, com cerca de 3cm. de largura, e um espaço com cerca de 3 ou 4 m².

Exibição de episódio: sugerimos que a facilitadora exiba o episódio Diz aí – Contextualização e que, além de trabalhar os elementos que aparecem no vídeo, ela ressalte outras possibilidades de abordar temas relativos à vida das mulheres jovens negras. Indicamos como material de apoio para a facilitadora e para as participantes os seguintes textos:

“Extermínio das jovens negras: real, incisivo e constante no Brasil”, da *Organização de Mulheres Negras Ativas*, “Conquistas e desafios à participação política de jovens mulheres negras”, de Jamile Carvalho e Rachel Quintiliano⁴, “Enegrecer o feminismo: a situa-

ção das mulheres negras na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero”, de Sueli Carneiro⁵.

- **Passo 1:** colar a fita ao longo do espaço em que será realizada a atividade, de modo a dividirlo em dois lados. Pedir que as mulheres formem dois grupos posicionados a cada lado da linha, de frente umas para as outras.

- **Passo 2:** a facilitadora fará uma série de 10 a 15 perguntas sobre as situações vivenciadas pelas participantes no dia a dia e que refletem a violência contra as mulheres jovens e o racismo. A cada pergunta, as jovens que sofreram a situação deverão se deslocar até a linha, ficando em cima dela. A facilitadora, então, avisará que elas podem retornar ao seu lugar para fazer a próxima pergunta. É importante que a facilitadora dê um tempo razoável para que as jovens se sintam confortáveis para se aproximar da linha com calma.

- **Passo 3:** após as perguntas, formar uma roda com as jovens para debater suas percepções individuais e coletivas sobre a atividade. Por

exemplo: houve perguntas que fizeram com que quase todas as jovens fossem para a linha? Há situações pelas quais (quase) todas as jovens já passaram? Houve perguntas que você ficou em dúvida se viveu ou não ou ficou pensativa?

Sugestões de perguntas (consideramos que é essencial que a atividade seja conduzida por mulheres para que as participantes se sintam confortáveis):

1. Já te pediram para que você alisasse o cabelo no trabalho ou qualquer outro espaço?
2. Você já foi seguida ao entrar em alguma loja ou shopping?
3. Alguém já te perguntou se podia tocar no teu cabelo ou comentou que você tinha uma aparência exótica?
4. Quando em companhia de sua namorada, já pediram para que se retirasse de algum lugar ou não demonstrasse seu afeto?
5. Você já percebeu se as mulheres são tratadas de modo diferente ou ocupam papel diferenciado na sua família?
6. Na infância, você já teve uma boneca negra?
7. Você já foi chamada de macaca na escola, quando criança ou em outra etapa da vida?
8. Você já passou por alguma situação em que era candidata a um emprego e percebeu que não foi escolhida por conta da cor da sua pele?
9. Você já foi maltratada em serviços de saúde por causa da sua cor?
10. Você já escutou de alguém que deveria se relacionar com um homem branco para “melhorar a família”?
11. Você já ouviu comentários racistas de pessoas que, depois, disseram que eram somente “piadas e brincadeiras”?
12. Para você, as mulheres negras são representadas de maneira negativa na televisão?
13. Você se vê/se reconhece nas representações de mulheres negras na TV, jornal, revista?
14. Você já ouviu algum “elogio” que se referia às mulheres negras como sexualmente mais fogosas?
15. Você já foi confundida com uma trabalhadora sexual em uma balada?
16. Você já foi ‘encoxada’ no transporte?

⁴ O texto pode ser acessado em: <http://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasiliens/07383.pdf>

⁵ O texto pode ser acessado em: <http://www.unifem.org.br/sites/700/710/00000690.pdf>

SUGESTÃO 7 - Fórum de Juventudes do Rio de Janeiro

Objetivo: fortalecer a criação de grupos de discussão em seu bairro, escola, igreja, etc. Enfrentar o racismo institucional difundido em todas as esferas de formação e de vida em sociedade no Brasil é um desafio que pode ser abraçado a partir da mobilização e da troca de informação qualificada sobre o tema.

Público: grupos entre 5 e 25 participantes, jovens ou profissionais da rede de atendimento aos jovens

Duração: 4h

Materiais: projetor, cartolina, papel pardo, tesoura e cola

Descrição: é possível trabalhar com toda a série em apenas um encontro,

ou, ainda, utilizá-la para provocar o início de debates e atividades de formação.

Diz aí – Contextualização – Trabalhar questões como os contextos e trajetórias individuais dos/das jovens do grupo participante. Após a exibição, os/as jovens trazem para o debate seu ponto de vista e sua realidade, relacionando-os ao tema. Criação de um mapa de trajetórias individuais. Em uma folha de papel, cada jovem aponta momentos na sua trajetória em que vivenciou ou identificou ações violentas de racismo. Ao fim da atividade, o grupo reúne as folhas em um mapa maior, no qual será possível identificar o contexto de violações de direitos e os encontros que as trajetórias proporcionam.

Diz aí – Identidade – Debate sobre o que é ser negro no Brasil e ser jovem negro. Em debate, problematizar a formação da identidade do negro no Brasil. Falar sobre os discursos de embranquecimento, de harmonia de raças no país e destacar a ausência de representações do negro nos veículos de comunicação. Em uma folha de papel pardo, pode ser desenhado o contorno do corpo de um dos jovens. Todos os demais são convidados a escrever, em tarjas de papel, adjetivos sobre a identidade desse jovem. Ao fim da atividade, serão obtidas representações da identidade do jovem negro com quem os participantes convivem.

Diz aí – Polícia – Debate sobre a relação com a polícia nos territórios em que os jovens vivem. Eles podem contar experiências vividas por ele

mesmo ou, ainda, que tenha presenciado. Em uma folha de papel pardo ou cartolina, cada um pode desenhar um mapa do território em que vive e localizar nele as experiências relatadas no debate. Assim, ao fim da atividade, os jovens terão um mapa da ação policial em seu território, construído a partir de suas experiências.

Diz aí – Mobilização e enfrentamento – Os jovens são convidados a apresentar propostas de intervenção em seu território para aumentar a mobilização de outros atores locais sobre o tema trabalhado. Depois de ouvir as ideias expostas, o grupo pode escolher ações a serem colocadas em prática, a partir de um planejamento das atividades que garanta a continuidade da mobilização para multiplicar o tema e aumentar a adesão dos moradores.



Instituições
parceiras na
elaboração
da série

Bahia

Associação Cultural de Preservação do Patrimônio Bantu (Acbantu)
Salvador – www.acbantu.org.br

Associação Cultural e Beneficente Revolution Reggae (ACBRR)
Conceição do Coité – acbrreggae@hotmail.com

Fundação da Criança e do Adolescente (Fundac)
Salvador – www.fundac.ba.gov.br

Projeto Axé
Salvador – www.projetoaxe.org.br

Instituto Comvida
Camaçari – www.institutocomvida.com.br

Pastoral da Juventude Bahia
Salvador – [contato@arquidiocesesalvador.org.br](mailto: contato@arquidiocesesalvador.org.br)
Feira de Santana – [pjcomunica@gmail.com](mailto: pjcomunica@gmail.com)

Rede TV Iovem – TV Pelourinho
Salvador, BA – www.tvpelourinho.com.br

Rede Jovens do Nordeste
Salvador – www.rjne.blogspot.com.br

Fórum Comunitário de Combate à Violência – Universidade do Estado da Bahia
Salvador – www.fccv.ufba.br

Instituto Mídia Étnica
Salvador – www.midiaetnica.ning.com

Portal Correio Nagô
Salvador – www.correionago.ning.com

Quilombo Xis – Ação Cultural Comunitária / Campanha Reaja
Salvador – www.facebook.com/QuilomboXis

BAHIA

POPULAÇÃO E VULNERABILIDADE

População total: 14,0 mi.
População negra: 10,7 mi.
Pessoas jovens negras: 3,1 mi.
Homicídios: 104 por 100 mil habitantes
Homicídio de brancos: 7% dos homicídios
Homicídios de negros: 93% dos homicídios

Fonte: Secretaria de Promoção de Políticas para Igualdade Racial / 2010
<http://monitoramento.seppir.gov.br/paineis/pjv/index.vm?f=vulnerabilidades>

Pará

Associação Flexeiro Cultural Pará
Belém – www.associacaoflexeiro.blogspot.com.br

Instituto Universidade Popular (Unipop)
Belém – www.unipop.org.br

Instituto Amazônico de Educação Popular
Paragominas – www.ipa-amazonia.blogspot.com

Coletivo Casa Preta
Terra Firme – www.facebook.com/coletivocasapreta

Ilê Iyaba Omi Aciyomi (Associação Afro religiosa e Cultural Ilê Iyaba Omi)
Belém – www.ancestralidadeafricana.org.br

Diretoria de Cidadania e Direitos Humanos – Secretaria de Justiça e Direitos Humanos
Belém – www.sejudh.pa.gov.br

Fórum da Amazônia Oriental (FAOR)
Belém – www.faor.org.br

Fórum DCA Pará
Belém – www.forumdcapara.org

Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará (Cedenpa)
Belém - www.cedenpa.org.br

Coordenação das Associações das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Pará – MALUNGU
Belém – www.malungupara.wordpress.com

Pastoral da Juventude do Pará
Belém – cna@pj.org.br

Centro Universitário do Estado do Pará – NSP
Belém – www.cesupa.br

Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos (SejuDH)/Diretoria de Cidadania e Direitos Humanos (DCDH)
www.sejudh.pa.gov.br/mes-da-consciencia-negra

PARÁ

POPULAÇÃO E VULNERABILIDADE

População total: 7,6 mi.
População negra: 5,8 mi.
Pessoas jovens negras: 1,7 mi
Homicídios: 101 por 100 mil habitantes
Homicídio de brancos: 22,1% dos homicídios
Homicídios de negros: 77,9% dos homicídios

Fonte: Secretaria de Promoção de Políticas para Igualdade Racial /2010
<http://monitoramento.seppir.gov.br/paineis/pjv/index.vm?f=vulnerabilidades>

Mato Grosso

Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de MS – FETAGRI

Campo Grande – www.fetagri.ms.org.br

Distrito Federal

Conselho Nacional de Juventude

Brasília – <http://www.juventude.gov.br/conjuve/>

Fórum Nacional de Juventude Negra (Fonajune)

Brasília – www.fonajune.blogspot.com.br

Rede Nacional de Jovens Vivendo com HIV/AIDS – RNAJVHA

Brasília – www.facebook.com/RNAJVHA

Fórum Nacional de Juventude Negra

Brasília
www.forumnacionaldejuventudenegra.blogspot.com.br

Rede Afro LGBT

Brasília – www.redeafrogbt.blogspot.com.br

São Paulo

Sede Nacional do Círculo Palmarino

Embu das Artes – www.circulopalmarino.org.br

Coletivo Literatura Suburbana

São Paulo – www.literaturasuburbana.blogspot.com.br

Coordenadoria Municipal da Juventude de São Paulo

São Paulo – www.gtjuventudenossasp.wordpress.com

Instituto Sou da Paz

São Paulo – www.soudapaz.org

Rede de Artistas da Cidade Tiradentes

Tiradentes – www.rededeartistas.wordpress.com

MATO GROSSO

POPULAÇÃO E VULNERABILIDADE

População total: 3,0 mi.
População negra: 1,8 mi.
Pessoas jovens negras: 529,1 mil
Homicídios: 67 por 100 mil habitantes
Homicídio de brancos: 38,4% dos homicídios
Homicídios de negros: 61,6% dos homicídios

Fonte: Secretaria de Promoção de Políticas para Igualdade Racial / 2010
<http://monitoramento.seppir.gov.br/paineis/pjv/index.vm?f=vulnerabilidades>

DISTRITO FEDERAL

POPULAÇÃO E VULNERABILIDADE

População total: 2,6 mi.
População negra: 1,4 mi.
Pessoas jovens negras: 433,4 mil
Homicídios: 92 por 100 mil habitantes
Homicídio de brancos: 43% dos homicídios
Homicídios de negros: 57% dos homicídios

Fonte: Secretaria de Promoção de Políticas para Igualdade Racial / 2010
<http://monitoramento.seppir.gov.br/paineis/pjv/index.vm?f=vulnerabilidades>

Núcleo Cultural Força Ativa

Tiradentes – www.forcaativa.blogspot.com.br
Sociedade Santos Mártires
São Paulo – www.santosmartires.org.br

Rede Nacional de Adolescentes e Jovens Comunicadores (Renajoc)

São Paulo – www.renajoc.org.br

Uneafro

São Paulo – www.uneafrobrasil.org

Comitê Contra o Genocídio da Juventude Negra e Periférica Coordenadoria Municipal da Juventude de São Paulo

São Paulo – www.facebook.com/contraogenocidiodopovopreto

Fórum Municipal de Hip-Hop SP

São Paulo – www.forumhiphopoderpublico.blogspot.com.br

GT de Juventude da Rede Nossa São Paulo

São Paulo – www.gtjuventudenossasp.wordpress.com

Pastoral da Juventude de São Paulo

São Paulo – www.pjsul1.org

Viração

São Paulo – www.viracao.org.br

Movimento Mães de Maio

São Paulo – www.maesdemaio.blogspot.com.br

Periferia Ativa

São Paulo – www.periferiaativa.org

Rede Extremo Sul

São Paulo – www.redeextremosul.wordpress.com

SÃO PAULO

POPULAÇÃO E VULNERABILIDADE

População total: 41,3 mi.
População negra: 14,2 mi.
Pessoas jovens negras: 4,1 mi.
Homicídios: 30 por 100 mil habitantes
Homicídio de brancos: 64,9% dos homicídios
Homicídios de negros: 35,1% dos homicídios

Fonte: Secretaria de Promoção de Políticas para Igualdade Racial / 2010
<http://monitoramento.seppir.gov.br/paineis/pjv/index.vm?f=vulnerabilidades>

Minas Gerais

Fórum de Juventudes de Belo Horizonte
www.forumdasjuventudes.org.br

Rio de Janeiro

Centro de Formação da Saúde (CEDAPS)
Rio de Janeiro – www.cedaps.org.br

Observatório de Favelas
www.observatoriodefavelas.org.br

Ibase
Rio de Janeiro – www.ibase.br

Instituto de Formação Humana e Educação Popular (IFHEP)
Campo Grande – <http://www.ifhep.org>

ONG Sol Nascente de Parada de Lucas
Rio de Janeiro – (21) 2485-1768

Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca (ENSP)
<http://www.espn.fiocruz.br>

Instituto de Estudos da Religião (Iser)
Rio de Janeiro – www.iser.org.br

Camtra – Casa da Mulher Trabalhadora
Rio de Janeiro – www.camtra.org.br

Movimento Enraizados
Rio de Janeiro – pontao@enraizados.com.br

Jornal O Cidadão
Macaé – www.ocidadao.org.br

Rede Nami
Rio de Janeiro – www.redenami.com/

Redes da Maré
Rio de Janeiro – www.redesdamare.org.br

MINAS GERAIS

POPULAÇÃO E VULNERABILIDADE

População total: 19,6 mi.
População negra: 10,5 mi.
Pessoas jovens negras: 2,9 mil
Homicídios: 49 por 100 mil habitantes
Homicídio de brancos: 45,9% dos homicídios
Homicídios de negros: 54,1% dos homicídios

Fonte: Secretaria de Promoção de Políticas para Igualdade Racial / 2010
<http://monitoramento.seppir.gov.br/paineis/pjv/index.vm?f=vulnerabilidades>

RIO DE JANEIRO

POPULAÇÃO E VULNERABILIDADE

População total: 16 mi.
População negra: 8,3 mi.
Pessoas jovens negras: 2,1 mi.
Homicídios: 99 por 100 mil habitantes
Homicídio de brancos: 47,9% dos homicídios
Homicídios de negros: 52,1% dos homicídios

Fonte: Secretaria de Promoção de Políticas para Igualdade Racial / 2010
<http://monitoramento.seppir.gov.br/paineis/pjv/index.vm?f=vulnerabilidades>

Assessoria de Promoção da Igualdade Racial de Barra do Piraí
www.facebook.com/AssepirBp

Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS)
www.rio.rj.gov.br/pcrj

Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil (SMDSC)
www.rio.rj.gov.br/web/smds

Conselho Estadual de Juventude
www.juventude.gov.br/conjuve

Fórum de Juventudes do Rio de Janeiro
www.facebook.com/forumdejuventuderj

Rap da Saúde
Rio de Janeiro – www.elosdasaude.wordpress.com/rap-da-saude

Associação de Ocupações das Áreas Centrais
Rio de Janeiro – www.moradiacentral.org.br

Fórum Social de Manguinhos
Rio de Janeiro – www.pt-br.facebook.com/forumsocialdemanguinhos

Fórum de Juventude Negra
Rio de Janeiro – www.fojunerj.wordpress.com

Juventude de Terreiros
Rio de Janeiro – www.renafrosaude.com.br

Pré-vestibular para Negros e Carentes (PVNC)
Rio de Janeiro – www.pvnc.com.br

Piauí

Secretaria Municipal de Educação e Cultura (Semec)
Teresina – <http://www.semec.pi.gov.br>

Rio Grande do Sul

Conselho Nacional da Diversidade Sexual
Porto Alegre – www.oabrs.org.br/comissoes/ceds

PIAUÍ

POPULAÇÃO E VULNERABILIDADE

População total: 3,1 mi.
População negra: 2,3 mi.
Pessoas jovens negras: 651 mil
Homicídios: 23 por 100 mil habitantes
Homicídio de brancos: 24,9% dos homicídios
Homicídios de negros: 75,1% dos homicídios

Fonte: Secretaria de Promoção de Políticas para Igualdade Racial / 2010
<http://monitoramento.seppir.gov.br/paineis/pjv/index.vm?f=vulnerabilidades>

RIO GRANDE DO SUL
POPULAÇÃO E VULNERABILIDADE

População total: 10,7 mi.
População negra: 1,7 mi.
Pessoas jovens negras: 465,1 mil
Homicídios: 52 por 100 mil habitantes
Homicídio de brancos: 81,1% dos homicídios
Homicídios de negros: 18,1% dos homicídios

Fonte: Secretaria de Promoção de Políticas para Igualdade Racial / 2010
<http://monitoramento.seppir.gov.br/paineis/pjv/index.vm?f=vulnerabilidades>



Diz Ái

futura